

**Ata da sessão ordinária realizada  
dia 29 de junho de 2026**

Aos **vinte e nove** dias do mês de junho, do ano dois mil e vinte e seis, pelas **vinte e uma horas e quinze minutos**, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em **sessão ordinária**, no edifício-sede dos Paços do Município, na sala das sessões, sob a presidência de **Andreia Calvário Graça Guerreiro**, secretariado por, **Marta Isabel Moreira Barôa David Tomé**, como 1.ª secretária e **Filipe Augusto Valente Oliveira**, como 2.º secretário, dando cumprimento ao preceituado na alínea a), n.º1 do artigo 28.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual.-----

**Encontravam-se presentes na sessão os deputados:** -----

**Eleitos pelo PSD:** Tiago Casimiro Tavares, Ana Isabel Teixeira Guerreiro, Bernardo Pereira Delgado, Guilherme Alexandre Viegas Barôa e Maria de Fátima dos Santos Dias Santana. -----

**Eleitos pelo PS:** Francisco Manuel Valadas Abreu, Filipa Alexandra da Costa Ramos, Rui Manuel Gaspar Cortes Guerreiro, Ruben Tiago Ribeiro Maia, Maria Cristina M. Brás Germano, Miguel André Pires Vilhena Teixeira Colaço e Helena Isabel Teixeira Barão. -----

**Presidentes de Junta de Freguesia:** o Presidente da Junta de Freguesia de Almodôvar, Diogo Francisco Moreira Baroa Custódio da Lança (PSD), o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Abílio Manuel Rodrigues (PSD), o Presidente da Junta de Freguesia de Gomes Aires, Fábio Miguel Batista (PSD), o Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, Nelson Paulo Mestre Guerreiro (PS), o Presidente de Junta de Freguesia de São Barnabé, António Manuel Silva Amaro (PS), o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Vítor José Costa Nogueira (PS) o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Nova, Orlando Manuel Figueira Rodrigues (PS) e a Secretária da Junta de Freguesia da Senhora da Graça dos Padrões, Marisa Faustino Pereira (UPF). -----

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, estiveram presentes nesta sessão para além do **Presidente da Câmara** José Tadeu Sebastião Figueira de Freitas (PSD), o **Senhor Vice-Presidente**, José Romba Guerreiro (PSD) e os **Senhores Vereadores**, Susana Margarida Martins Camões (PSD), Ana Manuela de Jesus Guerreiro Carmo (PS) e Fábio José da Palma Eugénio (PS).-----

Da presente sessão constou a seguinte **ORDEM DO DIA:** -----

**A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento; -----

**A.1** - Intervenção dos Municípes; -----

**A.2** - Esclarecimentos.-----

**B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

**B.1** - Ausências, Suspensões, Renúncias de mandatos e respetivo preenchimento de vagas; -----

**B.2** - Votação da ata n.º 06, de 27 de abril de 2026 - (quadriénio 2025/2029); -----

**B.3** - Leitura de expediente; -----

**B.4** - Intervenções. -----

**C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

**C.1** – Apreciação e deliberação sobre a 2.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o exercício económico de 2026;-----

**C.2** – Apreciação e deliberação sobre a proposta de designação dos júris de recrutamento dos procedimentos concursais a promover para o provimento de cargos dirigentes intermédios de 2.º e 3.º grau;-----

**C.3** – Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Revogação do Plano Pormenor de Aldeia dos Fernandes;-----

**C.4** – Apreciação e deliberação sobre a Proposta de formalização de cedência de parcela para integração em domínio público municipal e respetivas contrapartidas;-----

**C.5** – Apreciação e deliberação sobre a proposta de Minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Almodôvar e a Freguesia de Santa Cruz, referente ao apoio a prestar no âmbito do projeto “Aldeia de Inovação”, integrado na Parceria para a Coesão Não Urbana “Arco - Academia Rural Colaborativa”;-----

**C.6** – Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Regulamento de Acesso e Utilização do Centro Coordenador de Transportes de Almodôvar;-----

**C.7** – Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Almodôvar;-----

**C.8** – Apreciação e deliberação sobre a constituição de uma Comissão Eventual com vista à elaboração do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea i), n.º 3 do artigo n.º 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual;

**C.9** – Apreciação e deliberação sobre a renovação/substituição de dois mandatos de representantes da Assembleia Municipal na CPCJ de Almodôvar, que irão terminar o seu mandato em 07/07/2026; -----

**C.10** – Conhecimento sobre o Relatório de Gestão da Formação de 2025; -----

**C.11** – Conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação;-----

**C.12** – Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento;-----

**C.13** – Aprovação da ata em minuta. -----

NOS TERMOS DO REGIMENTO, A PRESENTE SESSÃO FOI TRANSMITIDA ONLINE ATRAVÉS DAS PLATAFORMAS DIGITAIS DO MUNICÍPIO E TOMADAS TODAS AS MEDIDAS LEGAIS EM TERMOS DE RGPD.

Antes de iniciarem a sessão, a **Presidente da Assembleia**, disse:-----

“Eu pedia que fizéssemos 1 minuto de silêncio pelas vítimas luso-descendentes e portuguesas do terramoto da Venezuela e também por todos os outros que infelizmente sofreram com esta catástrofe, e que, neste momento, cada um de nós emanasse o seu pensamento até àqueles que ainda continuam a trabalhar no resgate, num momento tão difícil para a Venezuela, que tem também parte de nós. “ -----

**FEZ-SE UM MINUTO DE SILÊNCIO** -----

“Continuando, vamos dar como aberta a nossa sessão de 29 de junho agradecendo-vos pelo facto de termos feito esta sessão à segunda-feira, sendo que isto tem a ver novamente com questões ligadas aos prazos. Quando nós não cumprimos exatamente com o desejado no nosso Regimento, tem a ver com os prazos a cumprir mas, penso que a partir de setembro já conseguiremos voltar ao normal, sendo que as sextas-feiras será sempre o dia preferencial para a realização das próximas Assembleias Municipais.” -----

**A – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO:** -----

Iniciado o Ponto a **Presidente da Assembleia**, disse: “Em primeiro lugar quero agradecer a presença dos jovens e de todos os outros participantes que aqui estão hoje a

assistir à Assembleia Municipal, assim como àqueles que nos assistem a partir de casa, o meu muito obrigado. -----

É um dever de todos nós estarmos informados do que se passa no nosso concelho e pergunto se alguém do público pretende fazer alguma intervenção. -----

Não havendo manifestação de interesse, vamos passar então para o próximo ponto da ordem de trabalhos. -----

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento; a Assembleia fixou um período para intervenção do público, **que não foi utilizado**. -----

**B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

**B.1 – AUSÊNCIAS, SUSPENSÕES, RENÚNCIAS DE MANDATOS E RESPETIVO PREENCHIMENTO DE VAGAS:**-----

A **Presidente da Assembleia** fez saber que se registaram **três pedidos** de ausência para esta sessão. -----

Prosseguindo, informou que na sequência dos pedidos de ausência formulados pelos deputados Municipais, Tiago Miguel Martins Encarnação (PS), Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro (PS) e o Presidente da Junta de Freguesia da Senhora da Graça dos Padrões, Gabriel Tomás Guerreiro (UPF). Quem aceitou substituir os deputados municipais, durante esta sessão, foram os deputados suplentes posicionados nos primeiros lugares nas listas do Partido Socialista e Unidos Pela Freguesia, Miguel André T. V. Colaço, Helena Isabel Teixeira Barão, a Secretária da Junta de Freguesia da Senhora da Graça dos Padrões, Marisa Faustino Pereira (UPF), respetivamente. -----

Mais informou que **as substituições** se fizeram ao abrigo do n.º 1 do artigo 18.º do Regimento. -----

**A Mesa justificou as respetivas faltas.**-----

**B.2 – VOTAÇÃO DA ATA N.º 06 DE 27 DE ABRIL DE 2026 - (QUADRIÊNIO 2025/2029):**-----

A **Presidente da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 06 da sessão ordinária realizada no dia 27 de abril de 2026 (quadriénio de 2025/2029). -----

Para os fins previstos na alínea a) do artigo 40.º do Regimento e do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, foram remetidas, em anexo à ordem do dia, fotocópia da ata da referida sessão, a qual foi previamente lida pelos membros e submetidas à apreciação e votação. -----

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou à votação a Ata n.º 06 da sessão ordinária de 27 de abril de 2026 (quadriénio de 2025/2029), tendo a Assembleia Municipal **deliberado, por unanimidade dos presentes, com 18 votos a favor** (PS/PSD/UPF), **aprovar a referida ata**, a qual foi homologada em minuta, com exceção das intervenções dos senhores deputados, sendo assinada pela Senhora Presidente e por quem a lavrou. -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, os deputados Tiago Casimiro Tavares (PSD), Bernardo Pereira Delgado (PSD), Guilherme Alexandre Viegas Barôa (PSD), Maria Cristina M. Brás Germano (PS) e Helena Isabel Teixeira Barão (PS), não participaram na aprovação da ata. -----

**B.3 - LEITURA DE EXPEDIENTE.**-----

Sobre este Ponto, a **Presidente da Assembleia** informou que a correspondência recebida e expedida pela Assembleia Municipal desde a última sessão até à presente data, cuja relação foi enviada a todos os membros, está disponível para consulta nos serviços de apoio, caso assim o desejem. -----

**B.4 – INTERVENÇÕES:** -----

A **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe, referindo: “Antes de proceder às inscrições, eu gostaria de deixar uma nota para todos os Senhores deputados, sendo que considero que a minha intervenção é a minha primeira inscrição e pergunto quem pretende fazer intervenção.” -----

Continuando, abriu as inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os Senhores deputados Andreia Guerreiro, Tiago Casimiro, Diogo Lança, Francisco Abreu, Rui Cortes, Cristina Germano, Miguel Colaço, Nelson Guerreiro, Ruben Maia, Ana Guerreiro, Filipe Oliveira e Vítor Nogueira.-----

Dando início às intervenções, a **Presidente da Assembleia** declarou o seguinte: -----

“Começo por usar a palavra neste período antes da ordem do dia para partilhar convosco uma decisão muito pessoal e importante para mim tanto a nível profissional como a nível político.-----

Quem me conhece sabe que a minha forma de estar na vida e na política exige total frontalidade, transparência e que olhe sempre as pessoas nos olhos com o intuito de que saibam que estarei sempre com total entrega ao serviço público e às causas que sempre abracei. -----

Como muitos de vós sabem, tenho o enorme orgulho de servir o nosso concelho em duas frentes: profissionalmente, como Técnica Superior da Câmara Municipal há mais de 20 anos, e politicamente, como Presidente desta Assembleia Municipal, cargo para o qual fui democraticamente eleita e que assumo com total compromisso e entrega. -----

No meu dia-a-dia na Câmara Municipal tenho tido o privilégio de coordenar projetos com grande impacto na nossa terra, nomeadamente, o PROVERE entre outros de grande envergadura que implicam financiamentos do programa Interreg e do Turismo de Portugal.

É um trabalho técnico que sempre me apaixonou, como muitos de vocês me conhecem, e ao qual me tenho dedicado de corpo e alma. -----

Porém, a minha visão da política não admite zonas cinzentas e a lei dita que os eleitos locais devem pautar-se por uma atuação rigorosa, justa e de imparcialidade.-----

Se eu mantivesse a coordenação direta destes projetos estaria a elaborar e validar decisões ou relatórios que mais tarde poderiam ter de subir a esta Assembleia para serem escrutinados e votados por todos vós. -----

Para cumprir a lei, qualquer autarca que participar na discussão e votação de assuntos onde tenha tido intervenção prévia ou, teria de declarar impedimento e abandonar este sala, o que se poderia tornar eventualmente recorrente observando que estes projetos estão a avançar a um ritmo espetacular e só tenho pena que muitos de vocês não os conheçam aprofundadamente para compreenderem o impacto que os mesmos têm no nosso concelho e na nossa região, mas considerando à parte, o que eu quero dizer é que não poderia conduzir os trabalhos nesses momentos.-----

Ora, não foi para passar o mandato a pensar na impossibilidade de ter de sair da sala que os almodovarenses me elegeram. Fui eleita para estar aqui a 100% presente de corpo e alma a dirigir os nossos trabalhos, a ouvir cada um de vós e a garantir a vitalidade desta Assembleia Municipal, por isso, e para que nunca paire a mais pequena sombra e suspeição sobre a independência desta Mesa e de mim, solicitei formalmente ao Senhor Presidente da Câmara, a quem agradeço pela compreensão por todo este processo, para cessar as minhas funções na coordenação destes projetos, o que tem vindo a acontecer ao longo destes meses. Continuarei a trabalhar neles, dando o meu melhor e contribuindo com a minha experiência

como elemento da equipa técnica, mas abdicar da responsabilidade total de liderança, o que eventualmente poderia gerar um questionamento de papéis. -----

Tomei esta decisão de consciência absolutamente tranquila. Faço-o porque, para mim, o serviço público não é sobre acumular cargos; é sobre fazer aquilo que está certo. Valorizo muito, acima de qualquer projeto profissional, a vossa confiança, a dignidade da Assembleia Municipal de Almodôvar e a minha própria integridade.-----

Muito obrigada pela vossa atenção. Era o que me apraz dizer. “-----

De acordo com a ordem das inscrições, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Tiago Casimiro**, que proferiu o seguinte:-----

“Antes de mais, quero dar uma nota a um atleta que reside no nosso concelho, Afonso Silva, que foi vice-campeão nacional de ciclismo de estrada, na categoria de Elites profissional, e que Almodôvar não se esqueceu de que o Afonso vive e escolheu viver em Almodôvar. -----

Também dar uma nota aos jovens que estão aqui presentes nesta Assembleia, talvez a Assembleia com mais jovens. Passo a passo vamos continuar a aproximar os jovens da política.-----

Quero dedicar esta intervenção acima de tudo à Corte Zorrinho. -----

Porque a Corte Zorrinho não precisa de discursos convenientes. Precisa de respostas.

Durante algum tempo, os seus habitantes pediram algo muito concreto: mais segurança na estrada principal da aldeia. Não é uma questão nova. Era uma necessidade repetida, conhecida e identificada há muito tempo. -----

Há situações que não deixam de existir por serem ignoradas. Apenas ficam à espera de decisão. E é exatamente isso que mudou. -----

Em poucos meses deste mandato, a instalação das lombas veio finalmente dar resposta a uma reivindicação antiga da população, reforçando a segurança na principal via da aldeia. -

Ao mesmo tempo, avançaram intervenções no pavimento e nas ruas interiores, melhorando a circulação e a qualidade de vida de quem ali vive todos os dias. -----

Não estamos a falar de promessas. Estamos a falar de execução. -----

E importa sublinhar isto com clareza: nunca esteve em causa o investimento anteriormente realizado na estrada principal. O que esteve sempre em causa foi aquilo que ficou por resolver durante demasiado tempo, a segurança rodoviária e a melhoria efetiva das condições dentro da própria aldeia. A Corte não é apenas a estrada principal.

Foi isso que este Executivo decidiu assumir e concretizar. Em articulação com a Junta de Freguesia, que também teve aqui um papel ativo e determinante. -----

E isto revela uma forma diferente de estar na política: não esperar pelo momento certo para reconhecer problemas, mas assumir responsabilidades enquanto elas existem.

Nós não precisamos mudar de lugar político para nos lembrarmos dos problemas das pessoas. Lembramo-nos todos os dias. E estamos a trabalhar em prol de todos.-----

Mas a Corte Zorrinho não é apenas intervenção pública. -----

É a recente Festa de Santo António, que voltou a demonstrar isso mesmo: uma aldeia mobilizada, viva e orgulhosa das suas tradições, com mais de duas centenas de pessoas reunidas num grande momento de convívio. -----

Quero deixar um reconhecimento claro à Junta de Freguesia de Almodôvar, aos funcionários, aos voluntários e à população da Corte Zorrinho pelo trabalho desenvolvido. (estou a olhar para o Diogo) Sei bem o esforço necessário para garantir que uma tradição destas aconteça com dignidade e participação. -----

Isto também é governar: valorizar o que une as pessoas. Da nossa parte, o compromisso mantém-se igual: proximidade, ação e responsabilidade. -----

Quero também garantir aqui, perante a Assembleia e perante todos os almodovarenses, que os habitantes da Corte Zorrinho sabem distinguir, sabem muito bem distinguir, quem, na oposição e no poder, mantém a sua postura e a sua coerência, e quem apenas, na oposição, lembra-se de que, afinal, há necessidades no concelho de Almodôvar. -----

Garanto-vos que sabem. Sei bem o que falo com as gentes que me viram crescer.” -----

Prosseguindo, foi dada a palavra ao **deputado Diogo Lança** que expôs:-----

Vivemos numa democracia onde a liberdade de expressão é um direito fundamental, mas essa liberdade traz também consigo um dever: o da responsabilidade. Criticar é legítimo, fiscalizar a ação dos eleitos é saudável; o que não é aceitável é recorrer ao anonimato para difamar pessoas, lançar suspeitas sem qualquer fundamento e espalhar desinformação. ----

É precisamente por isso que não posso deixar de manifestar a minha preocupação relativamente a uma página do Facebook, recentemente criada, cuja finalidade parece ser apenas uma: denegrir a imagem do Senhor Presidente da Câmara Municipal e do executivo municipal através de insinuações e acusações infundadas. -----

Uma das publicações chega ao ponto de associar o projeto de inclusão das crianças do ATL à ideia de desordem, vandalismo e falta de regras. É uma afirmação profundamente injusta e ofensiva para as nossas crianças, para as suas famílias e para todos os profissionais que diariamente trabalham na sua educação e acompanhamento. Um concelho que aposta na inclusão nunca pode aceitar que as suas crianças sejam rotuladas desta forma. -----

Mas houve também quem entendesse colocar em causa os investimentos que este executivo tem vindo a realizar na proteção civil, insinuando que já começa a “cheirar a esturro”, são palavras graves proferidas sem qualquer conhecimento da realidade e sem a apresentação de um único facto que as sustente. -----

Pergunto: como pode alguém afirmar que gosta de Almodôvar divulgando as notícias e ao mesmo tempo tenta lançar dúvidas sobre investimentos que têm como único objetivo reforçar a segurança das nossas populações? -----

A resposta surgiu no próprio dia. O incêndio que assolou o concelho vizinho de Loulé exigiu uma resposta rápida e eficaz. Os meios da nossa proteção civil e dos nossos bombeiros entraram de imediato em ação, contribuindo para proteger o nosso território e impedindo que o fogo atingisse o concelho de Almodôvar. Foi nesse momento que todos percebemos que investir na proteção civil não é um gasto; é uma obrigação, é investir na proteção das pessoas, do património e da nossa terra, é investir na capacidade de responder quando as populações mais precisam. -----

Quem quiser fazer oposição tem toda a legitimidade para o fazer, mas que o faça com seriedade, com responsabilidade e assumindo as suas palavras. Esconder-se atrás de páginas anónimas para atacar pessoas, desacreditizar instituições e semear a desconfiança, não dignifica o debate democrático nem serve os interesses de Almodôvar. -----

Quero por isso deixar uma palavra de reconhecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, ao executivo de forma muito especial e a todos os homens e mulheres da proteção civil, bombeiros voluntários e restantes forças que diariamente colocam a segurança das nossas populações acima de qualquer interesse, sendo que me estou a referir também aos meus colegas Presidentes de Junta. -----

Almodôvar merece um debate político feito, na verdade, no respeito e na defesa do interesse público; não merece a cobardia do anonimato nem campanhas de desinformação nas redes sociais. -----

Senhor Presidente, do que depender de mim, estou aqui para o defender onde for preciso. Em primeiro lugar, está a segurança da nossa população, dos meus fregueses e do concelho de Almodôvar. -----

Quero ainda deixar uma palavra de reconhecimento à nossa Vereadora que teve uma atitude excelente em alargar o horário do ATL.” -----

Seguindo a ordem das inscrições, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Francisco Abreu** que referiu o seguinte: -----

“Dar também um cumprimento muito especial a este grupo de jovens que aqui está que eu bem conheço e com quem tive o grato prazer e o privilégio de trabalhar na escola. -----

Antes, até propriamente do assunto da minha questão, só queria lançar uma coisinha muito simples: a Senhora Presidente da Assembleia fez a sua intervenção no seu lugar e muito bem; não vejo qualquer problema, mas eu fui muito criticado no mandato anterior; até nem sequer tinha a ver com intervenções; tinha a ver simplesmente com a introdução do

ponto, que por vezes era mais extensa. Fui então criticado como sendo imparcial, se bem que eu não visse qualquer problema nisso, como não vejo que a Senhora Presidente fale do seu lugar, também não vejo qual é o interesse estar a sair do seu lugar para vir aqui falar e depois regressar ao seu lugar portanto, da minha parte, tudo bem penso que da vossa parte também (alguém falou não se percebe) como eu fui criticado. -----

(A Presidente da Assembleia agradeceu pelo reparo, mas referiu que o passado era o passado.) -----

Continuando, o Deputado Francisco Abreu proferiu o seguinte: Não posso deixar de me congratular, e, muito provavelmente, fazer minhas as palavras e opinião de uma larga maioria de almodovarenses, não terei a pretensão de dizer “de todos os almodovarenses”, pelo facto de finalmente, em boa hora, se terem iniciado as obras da Creche Municipal. -----

Esta é uma notícia que nos deixa naturalmente satisfeitos e orgulhosos, mas devo lembrar que este é um projeto integralmente da autoria do anterior executivo do Partido Socialista, que apenas, e aqui reconheça-se a falha, não conseguiu ter o projeto completamente pronto para iniciar a obra ainda sob a sua presidência, faltando apenas, segundo julgo saber, da informação que nos era dada, a aprovação do Tribunal de Contas. Este foi um dos “calcanhares de Aquiles” do anterior executivo, mas o que agora realmente importa não é de quem foi a autoria do projeto, de quem fez todas as diligências necessárias e mexeu todos os cordelinhos para que o projeto se concretizasse, ou de quem fica com os louros, o que realmente importa é que a obra decorra normalmente sem os sobressaltos e obstáculos que por vezes, muitas vezes, ocorrem nas obras públicas e que a Creche Municipal seja uma realidade a breve prazo, para benefício de quem mais dela tanto precisa: as famílias. -----

Mas há uma questão que eu queria aqui colocar, e agradecia que o Senhor Presidente da Câmara nos elucidasse, e que tem a ver com uma situação que aqui foi levantada na última sessão da Assembleia Municipal, a propósito da Prestação de Contas de 2025, que, recorde-se, dizia ainda respeito maioritariamente à governação do Partido Socialista. -----

Quando referi, nessa sessão, que o executivo anterior do Partido Socialista tinha deixado a Câmara Municipal numa situação financeira desafogada, apresentei factos, números e argumentos que fundamentavam essa nossa opinião, referindo, concretamente, que o Partido Socialista tinha deixado um Saldo de Gerência superior a 4 milhões e 200 mil euros, que transitava para o ano de 2026. -----

A este propósito, o Senhor Presidente da Câmara, que me corrija se interpretei mal as suas palavras, mas pareceu-me que procurou desvalorizar essa verba que, na sua opinião, seria “uma gota de água no oceano”, agora palavras minhas, face ao valor das obras que o executivo do Partido Socialista tinha deixado compromissadas, referindo, nomeadamente, a Creche Municipal e o Campo de Padel, entre outras obras. -----

Pois bem, a minha questão, a minha dúvida, é esta: no último mandato do Partido Socialista, mais concretamente nas sessões da Assembleia Municipal realizadas nos dias 30/07/2024 e 29/08/2024, foram aprovados por unanimidade, já depois de terem sido aprovados também por unanimidade em reunião da Câmara Municipal, e isto inclui naturalmente os votos a favor do senhor vereador e dos senhores deputados municipais do PSD, foram aprovados por unanimidade o Relatório Técnico da consulta às entidades bancárias e posteriormente o respetivo empréstimo no valor de 2 milhões e 500 mil euros. O referido empréstimo era por um prazo global de 15 anos, com um período de carência de 2 anos e com um conjunto de condições muito vantajosas para a autarquia, como explicou na altura o então Presidente da Câmara, o Senhor António Bota, e que poderão confirmar na ata da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de julho de 2024, empréstimo esse que se destinava para Financiamento de Investimentos Municipais, nomeadamente, a Creche Municipal e renovação e modernização do Complexo Desportivo Municipal, que incluía a criação dos Campos de Padel e a requalificação das Piscinas Municipais. Recordo que o empréstimo foi aprovado por unanimidade e não houve qualquer contestação ao seu conteúdo e fins a que se destinava. -----

A minha pergunta agora é esta: será que o referido empréstimo já deixou de ter validade, se já caducou, ou se, pelo contrário, ainda está em vigor e vai ser utilizado pelo atual executivo nas obras a que se destinava? -----

É que o valor do empréstimo e do Saldo de Gerência totalizam quase 7 milhões de euros, constituindo uma almofada financeira muito considerável para a realização das obras que o anterior executivo do Partido Socialista deixou como legado e compromissadas para o atual executivo, obras essas que, recorde, o atual executivo do PSD considerou como fundamentais *“para a coesão social, a qualidade de vida e a atratividade do concelho.”* -----

E se assim for, e estando atualmente a dívida da autarquia a médio e longo prazo num valor bastante baixo e tendo, como tal, a Câmara Municipal uma capacidade de endividamento muito confortável que lhe foi deixada pelo anterior executivo, não seria difícil, em nossa opinião, o pagamento e possível amortização desse empréstimo. -----

Recorde que quando o Partido Socialista começou a exercer funções governativas na Câmara de Almodôvar em 2013, a dívida da autarquia a médio e longo prazo era de cerca de 6 milhões e 800 mil euros e não foi por isso que a autarquia viveu sufocada financeiramente, tendo o executivo de então reduzido progressivamente essa dívida até chegar aos atuais 1 milhão e 800 mil euros, não deixando de executar maioritariamente as políticas públicas, projetos e obras com que se comprometeu. -----

Agradecia que o Senhor Presidente da Câmara nos elucidasse sobre este empréstimo.

E já mesmo para finalizar, um último apontamento. -----

Se aqui em direto tive uma chamada de atenção, com umas palavras menos agradáveis para com a Senhora deputada Ana Guerreiro, também aqui em direto lhe quero apresentar as minhas desculpas pela minha conduta, já depois de também o ter feito pessoalmente, por ter deixado que a voz do coração se sobrepusesse à voz da razão. Num mundo em constante conflito, com tantos sentimentos de ódios, vinganças e guerras que por aí grassam, não vale a pena nós aqui nesta Assembleia, onde todos bem nos conhecemos e que, no final de contas, todos queremos o melhor para a nossa terra, para o nosso concelho, para as nossas gentes, embora enveredando por caminhos diferentes, virmos para aqui digladiarmo-nos uns aos outros, criando azedumes e mal-estar. Mas, no entanto, não posso deixar de reconhecer que há certo tipo de atitudes e posturas que deveríamos evitar nestas sessões. -----

Fica então aqui o meu sentimento de reparação pela situação embaraçosa causada e faço-o em obediência ao que me foi ditado pela minha consciência, pois já dizia Albert Einstein, um dos cientistas mais importantes e conhecidos do século XX, e esta expressão é-lhe atribuída por alguns autores, em que ele terá dito numa certa ocasião: *“Preocupa-te mais com a tua **consciência** do que com a tua reputação. A tua **consciência** é o que és. A tua reputação é o que os outros pensam de ti. E o que pensam de ti não é problema teu.”* -----

Avançando, foi dada a palavra ao **deputado Rui Cortes** que referiu: -----

“Quero cumprimentar especialmente a juventude e fazer aqui o repto para virem mais vezes e fazer intervenções, é salutar e faz parte da democracia e desta aprendizagem desta participação ativa na nossa comunidade. -----

Atendendo a que algumas obras e infraestruturas públicas estruturais de maior dimensão cabem ao poder central, sendo no entanto fundamentais para o desenvolvimento local e regional, cabe aos municípios e associações de municípios proceder a diligências e efetuar o devido envolvimento para a persecução das mesmas. -----

Neste sentido, o executivo anterior iniciou contactos para colocar na ordem do dia a construção da Barragem da Ribeira de Oeiras, quer através do Ministério das Infraestruturas e Habitação quer da Agência Portuguesa do Ambiente. Registe-se que a iniciativa visou desencadear uma sensibilização para a pertinência desta barragem, passando inclusive a necessidade de integrar esta na Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas.

Juventude esta parte é importante as alterações climáticas -----

Em 2018, a Câmara Municipal de Almodôvar apresentou, assim, a construção da Barragem da Ribeira de Oeiras como um contributo para a estratégia nacional Portugal 2030, defendendo a sua importância para o desenvolvimento do concelho. -----

Lembramos que o projeto desde os “anos 80” do século XX tem sido considerado como estrutural e um contributo para o desenvolvimento local, sendo essa intenção/necessidade de construção da barragem do conhecimento dos serviços de recursos hídricos, tendo sido realizados levantamentos técnicos preliminares. Como muitos se lembram ou têm conhecimento. -----

O PDM de Almodôvar, ratificado em 1998, passou a identificar a Albufeira da Ribeira de Oeiras como “em projeto”, existindo a definição da localização e das condicionantes na perspetiva da sua construção, estando prevista a elaboração de um plano de ordenamento específico. -----

Neste sentido, a barragem consta como um dos potenciais instrumentos de ordenamento, tendo de ser conseguida a decisão política, a nível do estado central, com vista à realização dos estudos considerados necessários e o desencadear do processo com vista ao projeto e construção desta obra estruturante. -----

Verifica-se que a ribeira de Oeiras apresenta caudais consideráveis em altura de chuvas, podendo servir como reserva de água e abastecimento humano nos concelhos de Almodôvar, Castro Verde (sudeste), Mértola e, eventualmente, Alcoutim (norte), dado que uma albufeira neste local deveria apresentar um reservatório de 9 a 10 milhões de metros cúbicos. -----

A água é um bem precioso e escasso, apresenta-se, assim, como crucial para o desenvolvimento de atividades económicas e para o desenvolvimento local. -----

Os impactos ambientais serão controlados, possibilitando um armazenamento fundamental para a resolução de falta de água na nossa região, que no futuro se prevê como recorrente e de gravidade extremamente alarmante. Isto contrariaria o problema crónico de agirmos apenas por reação, dado estar por demais comprovado: as secas severas e consequente falta de água põem em risco a viabilidade e sobrevivência de ecossistemas e da economia local de zonas como o Baixo Alentejo. Não precisamos de esperar muito: em 2050, já se preveem danos bem complicados. Remediar não é a solução, mas sim agirmos o mais rapidamente possível. -----

Não obstante os transvases do Alqueva, via Barragem do Roxo, para a Barragem da Rocha, a Barragem da Ribeira de Oeiras reforçaria a resolução de falta de água, com enfoque para o sudeste do Baixo Alentejo e do nordeste algarvio, sendo uma mais-valia inquestionável. A vontade dos decisores políticos a nível do Governo tem de ser informada, sensibilizada, pelo que não podemos desarmar e desistir ao mínimo revés e indício de despreocupação para com os almodovarenses e baixo alentejanos. -----

Não podemos esquecer os mecanismos de coesão territorial como princípio basilar e de igualdade de oportunidades. -----

Gostaríamos de saber que ações concretas estão a ser desenvolvidas pela Câmara, junto do Governo e demais organismos competentes, para desbloquear este projeto marcante para o futuro em Almodôvar. -----

Aproveitamos também para saber que diligências têm sido feitas para chamar à atenção para a necessidade de asfaltamento da Estrada Nacional 2 entre Almodôvar e Castro Verde, dado o estado deplorável em que este troço se encontra, com o agravamento da degradação que sofreu no inverno passado. -----

Assim sendo, perguntamos ao Senhor Presidente: tem conhecimento de em que ponto se encontram os procedimentos para a resolução deste problema e se já existe calendarização para a intervenção na Estrada Nacional 2? -----

Tomou a palavra a **deputada Cristina Germano** que mencionou: -----

“O Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia é um instrumento primordial para garantir o bom funcionamento dos serviços e apoiar quem está diariamente mais próximo das populações. Tendo a Dra. Laura assumido funções na Área da Ação Social importa esclarecer algumas questões que consideramos essenciais. -----

Quem assegura a partir deste momento o apoio às Juntas de Freguesia? -----

Qual é o contacto direto da pessoa responsável por esse acompanhamento? -----

Está prevista alguma comunicação oficial ou reunião com os executivos das Juntas de Freguesia para apresentar esta nova organização e garantir uma transmissão eficaz? -----

Não basta proceder a alterações na estrutura dos serviços é fundamental garantir que essas alterações se traduzam em maior eficiência, proximidade e capacidade de resposta e, isso só se consegue com diálogo, comunicação e respeito pelo papel das Juntas de Freguesia enquanto parceiros fundamentais da ação municipal. -----

As Juntas de Freguesia precisam de saber com quem contam, como podem contactar os serviços e que acompanhamento terão daqui para a frente porque uma administração eficiente constrói-se com organização mas também com transparência e cooperação institucional.” -----

Seguidamente foi a vez do **deputado Miguel Colaço**, que proferiu o seguinte: -----

“Uma palavra de apreço a esta juventude que aqui está, graças a Deus tenho lidado muitas vezes com eles. Um bem-haja para vocês. Fico muito contente de os ver interessados pela política, uma coisa que eu pensava que os jovens cada vez mais se estavam a afastar. Obrigado por estarem presentes e, como disse aqui um colega meu, que venham mais vezes e se iniciem na vida política, porque faz falta a juventude estar presente. -----

Uma das maiores preocupações dos munícipes e dos profissionais que trabalham diariamente com o município continua a ser a demora na apreciação dos processos das obras particulares. -----

Trata-se de uma área absolutamente estratégica, para não dizer do desenvolvimento do concelho. Sempre que um processo fica parado meses à espera de análise não é apenas um processo administrativo que fica parado, fica parado um investimento, fica parada uma empresa, fica parada uma habitação, uma oportunidade de criar riqueza e de fixar pessoas no nosso território que já por si só cada vez é mais complicado já era um problema identificado quando o executivo do PS estava em funções, nós não nos demarcamos das nossas responsabilidades e do que sabíamos que não estava tão bem estavam a reunir esforços para o resolver. -----

O que estranhámos é que, durante a campanha eleitoral, o atual Presidente da Câmara afirmou publicamente que esta seria uma prioridade e que, logo após assumir funções, seriam desencadeados os procedimentos necessários para reforçar os serviços, nomeadamente através da abertura de concursos para a contratação de arquitetos. -----

Passaram já vários meses desde a tomada de posse a realidade é que os constrangimentos continuam exatamente os mesmos, os processos continuam a acumular-se para não dizer mais morosos ainda, por isso a questão que hoje deixamos ao executivo é muito simples: o que aconteceu à promessa feita durante a campanha eleitoral, por que razão ainda não foram abertos os concursos para recrutamento dos arquitetos que o próprio Presidente considerava indispensáveis. O próprio mapa de pessoal prevê esse reforço, então o que falta? Ou esta tremenda urgência que existia e existe ficou para trás da prioridade da contratação de cargos por Avenças. -----

Não fazemos esta pergunta para criar polémica; fazemo-la para que esta intervenção sirva pelo menos para reavivar a memória do executivo e que finalmente sejam tomadas as medidas que foram prometidas aos almodovarenses. Necessitamos de priorizar o que desenvolve o concelho.” -----

Tomou a palavra o **deputado Nelson Guerreiro** que começou por referir que “antes de tudo, gostaria de salientar que uma boa parceria entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal será sempre benéfica para os nossos fregueses e para os nossos munícipes. É através da cooperação institucional que melhor se servem os interesses da população. -----

Contudo, foi-me transmitido por funcionários da Escola Básica da Aldeia dos Fernandes, que o Senhor Presidente realizou uma visita técnica com vista à ampliação da sala de aula. -

Perante esta Informação, gostaria de questionar: -----

- Não deveria a Junta de Freguesia e o seu executivo, ter sido previamente informados ou envolvidos neste processo? -----

- Não considera o executivo municipal que esta é uma matéria de relevante interesse para a freguesia, justificando a colaboração e o conhecimento da Junta? -----

Gostaria de ter mais informações acerca do processo da EB1 da Aldeia dos Fernandes, pois sou Presidente em funções da freguesia, merecendo, acho eu, respeito para com as decisões tomadas em prol da população.”-----

De seguida o **deputado Ruben Maia** fez a sua intervenção começando por referir que a questão da falta de vagas em creche foi um dos temas mais utilizados durante a última campanha eleitoral. Foi apresentada como uma prioridade absoluta e como um problema cuja solução estaria ao alcance do novo executivo.-----

Todos nós recordamos das declarações feitas na altura, em que se defendia a aquisição de estruturas modulares, vulgarmente designadas por contentores, para aumentar rapidamente a capacidade de resposta. Também foi anunciada a intenção de apoiar e agilizar os processos de legalização de amas, criando alternativas para as famílias que se encontravam sem resposta.-----

Importa sublinhar que estas propostas não resultavam de qualquer responsabilidade do executivo anterior do Partido Socialista. Foram apresentadas como bandeiras políticas, como soluções concretas e imediatas para um problema real que afeta muitas famílias do nosso concelho, e estão documentadas nos vídeos de debate eleitoral.-----

Passado praticamente um ano desde o início do mandato, importa questionar: -----

- Onde estão essas soluções?-----

- Que medidas concretas foram implementadas?-----

- Quantas vagas foram criadas? -----

- Que apoios foram efetivamente disponibilizados às amas para a sua legalização?-----

As famílias continuam a enfrentar dificuldades e a aguardar respostas. Perante esta realidade, é legítimo perguntar se as propostas apresentadas durante a campanha foram devidamente estudadas e enquadradas na legislação aplicável.-----

- Não conheciam os requisitos legais, os licenciamentos necessários e os constrangimentos existentes? -----

- Ou foram feitas promessas sem a devida avaliação da sua viabilidade?-----

A política exige responsabilidade. Quem apresenta soluções simples para problemas complexos tem o dever de demonstrar, quando assume funções, que essas soluções eram efetivamente exequíveis.-----

Os munícipes merecem respostas claras. Merecem saber o que foi feito, o que não foi feito e porquê. Merecem acima de tudo, que as promessas eleitorais não sejam apenas instrumentos de campanha, mas compromissos sérios com a comunidade.-----

Por isso, solicitamos ao executivo que esclareça esta Assembleia e a população sobre o ponto de situação das medidas anunciadas para resolver a falta de vagas em creche e apresente um calendário concreto para a sua implementação. As crianças e as famílias do nosso concelho não podem continuar à espera de soluções que foram anunciadas como urgentes e imediatas.”-----

Seguiu-se a vez da deputada **Ana Guerreiro** que após os cumprimentos institucionais referiu: “Agradeço pela presença de todos estes jovens que estão aqui e espero que para a próxima possam participar com as vossas ideias, porque é muito importante nós termos os jovens connosco e só melhoramos o nosso concelho se os tivermos cá com as ideias que eles nos possam dar e a sua contribuição é muito importante para o desenvolvimento do nosso concelho e da nossa terra.-----

Hoje venho cá falar sobre as presidências abertas, mas antes disso gostaria de focar aqui uns pontos-----

Em primeiro lugar eu sou deputada já há muitos anos da Assembleia Municipal se calhar já há uns 12 anos, já venho dos independentes, PSD e realmente em termos financeiros acredito que a autarquia esteja bem, em termos financeiros como o Senhor deputado Francisco Abreu referiu mas, também quero lembrar uma coisa, o ano passado é normal que

esteja bem porque os investimentos foram mínimos portanto quando nós não estamos a gerir uma autarquia mas estamos a gerir uma empresa queremos dinheiro, temos muito dinheiro, mas depois há coisas no nosso município que faltam, nós sabemos que faltaram muitos e só foram feitas a contratação em outubro um mês ou uma semana antes de haver eleições, que veio outro executivo, nós também realmente aprovamos essa parte daquilo que foi do empréstimo que foi feito e realizado para a creche, naturalmente. No ano passado o investimento foi muito pouco e teve que ser, estava tudo feito estava tudo lançado em outubro, mas depois em novembro, houve esta tomada de posse do novo executivo, não foi possível o PS concretizar os projetos que tinha, só espero que este executivo avance e está a avançar e ainda bem que nós vamos ter uma creche nova e queremos muito mais, eu quero muito mais eu como deputada desta casa quero muito mais. -----

Para além disso, em relação ao Senhor Miguel Colaço também fala aí das Avenças olhe, devia de pensar que o PS também fez muitas Avenças, o PS realizou 20 avenças que fizeram antes de ir embora, friso 20 avenças, vá ao GOV.pt que consegue ver quais são as Avenças e para quê que eram as Avenças e se realmente eram para dar resposta às vossas necessidades, as necessidades que o Senhor colocou aqui. -----

Peço desculpa mas tive que falar-----

Em relação ao Senhor Francisco Abreu, eu já lhe disse: tivemos já uma conversa. Os dois, é normal. Nós estamos numa Assembleia Municipal; acho que tem de haver debate e é com debate que nós construímos coisas boas para o nosso concelho. Portanto, é normal termos ideias diferentes e estarmos aqui; às vezes, haver um sorriso, haver uma palavra. Também peço desculpa por às vezes ser um bocadinho impulsiva, pronto, já está mais que resolvido. A amizade tem de existir e nós estamos aqui para o nosso concelho. Eu estou aqui pelo meu concelho, não é por mais nada. -----

Em relação às presidências abertas -----

As presidências abertas constituem, em teoria, boa prática de governação local aproximar os eleitos das populações, ouvir os cidadãos e conhecer os problemas no terreno são princípios que todos devemos defender. O próprio município, este executivo, apresentou esta iniciativa como forma de reforçar a proximidade e incentivar a participação cívica das pessoas e dos seus munícipes. -----

Contudo, importa distinguir entre uma ação comunicativa, isto é a minha opinião, e um verdadeiro instrumento de participação democrático, pois, para além de termos as presidências abertas nós e, eu como deputada, gostaríamos de saber o balanço destas presidências abertas, o que realmente foi, quais foram os resultados concretos destas presidências abertas que já foram realizadas em várias freguesias do nosso concelho Gomes Aires, Santa Cruz, Rosário e agora também Almodôvar e acho que Graça dos Padrões também já foi portanto, falta Santa Clara, Aldeia dos Fernandes e São Barnabé, e eu acho que é muito importante estas presidências abertas, -----

Gostaria que o Senhor Presidente nos fizesse um balanço em relação a isto. Quantos cidadãos participaram, que problemas foram realmente identificados, que compromissos foram assumidos, que soluções já foram executadas e o que é que está para projetar e planejar e penso que seria importante, não sei se já está planeado, realizar um relatório público que permita também aos munícipes acompanhar o trabalho desenvolvido ao nível das presidências abertas pois sem estas informações corre-se o risco de transformar uma boa ideia, que é importante, numa iniciativa meramente simbólica e que não tem grandes resultados e nós queremos resultados queremos o melhor para o nosso concelho. -----

A proximidade não se mede apenas pelas visitas, pela comunicação, mas sobretudo pela capacidade de responder aos problemas identificados nas várias freguesias do nosso concelho. Por isso, eu acho que é uma medida para continuar. Queria perguntar ao Senhor Presidente se é para continuar ao longo do mandato. -----

Também só faltam já 3 e estamos no primeiro ano de mandato, se é para continuar e se realmente o que se pode fazer mais nestas presidências abertas. -----

Foi a vez do deputado **Filipe Oliveira**, que se dirigiu ao palanque e referiu: -----

“Quero dar nota, primeiro que isto trata-se da minha primeira intervenção na Assembleia Municipal, é na verdade a minha primeira intervenção em qualquer fórum político, portanto é muito provável que o meu nervosismo e a minha inexperiência se vejam refletidos aqui nesta minha intervenção, enfim peço alguma compreensão. -----

Vou começar a minha intervenção com o título de um jornal que li ontem sobre a tragédia que está a decorrer na Venezuela e que diz o seguinte: *"A tragédia no sismo resulta da inação das pessoas e governantes"*;-----

Dito isto quero enaltecer a recente reorganização do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) de Almodôvar, esta reorganização representa um reforço da capacidade de resposta no nosso concelho. São medidas que dão cumprimento ao enquadramento legal e esta reorganização traduziu-se na nomeação de um Coordenador Operacional Municipal (COM) e na criação de um Centro de Coordenação Operacional Municipal (CCOM). -----

Mais do que o estrito cumprimento da Lei, esta reorganização reforça os vários âmbitos de atuação da proteção civil municipal: desde o planeamento e a prevenção de riscos; a preparação e a sensibilização da população; a coordenação operacional em situação de emergência e a reposição da normalidade pós-ocorrência.-----

É óbvio que a coordenação operacional é aquilo que tem mais visibilidade no âmbito destas questões da proteção civil, no entanto, a proteção civil é muito mais abrangente do que isso. -----

A proteção civil incide sobre um aspeto muito importante: a questão da preparação da população, a preparação do território e a reposição da normalidade, isto é, aumentar a resiliência do território.-----

Trata-se de uma decisão política que consta do programa eleitoral do PSD;-----

Esta decisão mostra, ao contrário do seu antecessor, sensibilidade por parte do Senhor Presidente da Câmara, Tadeu Freitas: sensibilidade relativamente a estas matérias; conhecimento das competências e responsabilidades políticas e civis de um Presidente de Câmara no âmbito da proteção civil municipal. -----

Lembro, como exemplo, o sucedido após os grandes incêndios em 2017, houve vários processos em tribunais, muitos dos quais estavam autarcas nesses processos; -----

Esta decisão política era uma prioridade; não se trata de um devaneio político, como, por exemplo, a criação de um campo de pádel. Era de facto uma necessidade, era uma necessidade de uma área de atuação crítica da autarquia.-----

É verdade, Senhor Presidente, que se calhar a proteção civil não traz muitos votos, mas a isso se chama serviço público. -----

Relativamente à reorganização do serviço Municipal de Proteção Civil com a nomeação de um COM e materialização de um Centro de Coordenação Operacional Municipal, responde ao previsto na Lei -----

Vou especificar aqui só mais um aspeto, a função de Coordenador Operacional Municipal de Proteção Civil é de facto muito exigente: exige elevada capacitação técnica; perfil de liderança; disponibilidade permanente e uma grande responsabilidade.-----

E posso dar outro exemplo, conheço pessoalmente um COM que neste momento está com um processo em tribunal, porque o Ministério Público considerou que tinha responsabilidade na gestão de uma ocorrência que correu mal; -----

Portanto, não será certamente apenas por um vencimento de base de técnico superior, que conseguimos encontrar alguém que dê respostas a essas exigências;-----

Evidentemente é uma satisfação pessoal que tenho. Como devem saber, durante 14 anos trabalhei nesta autarquia, primeiramente no Gabinete Técnico Florestal, que foi o objeto da minha contratação; posteriormente, foi evoluindo, por necessidades óbvias do serviço e das competências da Câmara Municipal, para o Gabinete de Proteção Civil e Ordenamento Florestal. Obviamente que sei em primeira mão e senti as dificuldades em dar resposta, principalmente no que concerne a matérias de proteção civil. -----

As matérias de Gabinete Técnico Florestal que são muito específicas, estava bem à vontade nisso e até noutras funções em que tive muito gosto em dar apoio à autarquia. Agora,

na Proteção Civil, sempre achei que estávamos muito aquém e não havia capacidade de dar uma resposta melhor que, pessoalmente, considero minimamente condigno à população e ao território e, portanto, estou muito satisfeito com essa decisão porque efetivamente isto é um grande princípio, mas agora as exigências também vão ser maiores; é normal, faz parte da evolução. -----

Eu, no âmbito das minhas funções para as quais fui eleito, não deixarei de continuar a acompanhar as decisões do executivo, de observar e de acompanhar as decisões políticas tomadas nessa matéria." -----

**Por último tomou a palavra o deputado Vítor Nogueira** referindo: -----

“Na qualidade de Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, gostaria de manifestar algumas preocupações relativamente à 2.ª Revisão as GOP para 2026.

Em primeiro lugar, preocupa-me o fato, pela segunda vez, de ser retirada a verba destinada ao loteamento do Rosário. Gostaria de questionar o Senhor Presidente sobre o motivo dessa decisão. Trata-se de uma obra há muito desejada pela população da nossa Freguesia numa altura em que a falta de habitação é cada vez mais evidente e em que há procura por lotes para construção. Não compreendo porque continua este investimento a ser adiado. -----

Da mesma forma, verificamos que foi igualmente retirada a verba destinada à pavimentação da estrada entre a aldeia do Neves e o Rosário. Consideramos esta intervenção prioritária, sendo urgente, pelo menos, a pavimentação do troço entre a aldeia do Neves e o Monte Belga devido ao estado de degradação da via. -----

No início deste ano, o Rosário foi a primeira freguesia a receber a presidência aberta. Na altura, foram identificadas diversas necessidades e assumidos alguns compromissos. Assim, gostaria de solicitar um ponto de situação relativamente às seguintes questões:-----

Existe já algum projeto para a requalificação da entrada sul do Rosário até à igreja? -----

Para quando a intervenção nas ruas do Rosário, que continuam com o pavimento em estado bastante degradado? -----

Que diligências tem desenvolvido o município junto às entidades competentes para assegurar a requalificação da Estrada Nacional 2 entre o troço do Rosário e Almodôvar? ----

Que informações o executivo pode prestar à população sobre a chegada da fibra ótica à freguesia? -----

Relativamente à escola primária do Rosário, qual é o ponto de situação da instalação das sombras prometidas para proteger as nossas crianças ou esse compromisso caiu no esquecimento? -----

Estas são apenas algumas das preocupações da freguesia do Rosário mas são preocupações que dizem respeito à qualidade de vida da nossa população e ao desenvolvimento da minha freguesia. Espero que o executivo possa prestar esclarecimentos concretos e acima de tudo, dar sinais de que esses investimentos continuam a ser uma prioridade.”-----

Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por referir: “Também terei que fazer uma intervenção parabenizando os jovens que aqui estão, é fundamental que os jovens venham ver a política, venham ouvir o que nós falamos, venham ver o debate democrático e a forma como ele é colocado, porque hoje estamos cá nós, mas amanhã, vai ter que estar alguém para mantermos a democracia em vigor, e foi isso que ganhámos em abril, manter uma democracia.”-----

Fico feliz que aqui estejam jovens mas não posso deixar de parabenizar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal por todo o trabalho que tem feito para que chegue a este resultado, todo o trabalho que tem feito na divulgação da democracia e na divulgação daquilo que são as Assembleias Jovens, sempre falando em democracia.”-----

Queria, ainda, em resposta às várias situações aqui focadas. Começo pelo Senhor deputado Francisco Abreu, que foi buscar uma coisa de trás que tinha sido já discutida e, pelos vistos, eu não me consegui explicar bem na última Assembleia, quando estávamos a

aprovar as contas, mas vou tentar ser sucinto naquilo que foi dito. Nunca em momento algum foi dito que a nível de tesouraria nós não tínhamos dinheiro, tínhamos, o que não tínhamos era nem projetos nem trabalho. Quando se está a falar de projetos estruturantes, como é o caso da Creche, houve aqui uma outra intervenção que vai logo de atalho, foi respeitante ao número de vagas da Creche. Esse projeto, 1.º está com os custos muito superiores àquilo que são expectáveis por metro quadrado/criança, quase o dobro, ou muito próximo do dobro daquilo que o Ministério da Educação considera como custos para uma Creche. -----

Depois já nos foi informado pela Santa Casa da Misericórdia que a abertura da Creche da Câmara ou protocolada seja com que entidade for, com a Santa Casa ou com qualquer outra entidade ou a própria Câmara a gerir, que eu discordo, a Santa Casa vai fechar a dela o que significa que temos aqui um pequeno ganho, um ganho não é significativo, portanto já temos que pensar numa outra Creche, num outro sítio por causa do sítio onde implementaram a Creche que é um projeto que efetivamente vem do Partido Socialista mas que não pode ser ampliado, e que eu, se não me engano, o projeto tem 3 anos e foi lançado no último ano próximo das eleições, contratado na última semana do anterior executivo mas penso que o projeto tem 2, 3 anos não posso garantir. Sei que houve vários problemas com o projeto. Ele também foi lançado a concurso público com os valores inicialmente previstos no projeto, sem revisão, e depois teve naturalmente que fazer a revisão face ao aumento muito significativo daquilo que é a construção. -----

Explicar-lhe que tem de se fazer outra Creche noutra sítio com mais uma cozinha com tudo mais porque ali não temos capacidade de aumento. Só para ficar esclarecido, existe unicamente no projeto 2 salas que estão indefinidas e poderemos ter aqui um acréscimo, mas nunca significativo, naquilo que é a resposta às famílias do concelho. Ainda bem que temos muitas mulheres grávidas e muitas mulheres que vão efetivamente ter os seus filhos no nosso concelho e que temos que as acolher mas temos que encontrar outras soluções. ---

Explicar-lhe que os 4,6 milhões de euros que foram deixados e como disse muito bem, mais os 2,5 milhões de euros que estão neste momento já a ser utilizados por obrigação da Caixa Geral de Depósitos, tivemos que iniciar a sua utilização sob pena de perdermos aquele investimento, fica ainda aqui para todos esses 7 milhões, cerca de 1 milhão euros para Padel, 8 milhões euros para Escola Secundária se a fossemos fazer onde estava, cerca de 3 milhões para a Creche, 1 milhão de euros para a ETAR de Gomes Aires, 0,8 milhões de euros para a ETAR das Viúvas, 0,8 milhões euros para a ETAR do Monte das Mestras, 4 milhões de euros para a estrada de São Barnabé, 6 milhões de euros para a estrada do depósito azul, à Brunheira, 1 milhão de euros para o resto da estrada de Santa Cruz, 1 milhão de euros para diversos projetos de águas como é a ligação que estamos neste momento a fazer, projeto de vários locais, mais um na Semblana que já estava um projeto executado, já estava um projeto feito e vamos executá-lo, a Barragem do Monte Clérigo, a própria ETAR de Almodôvar porque na Barragem do Monte Clérigo temos uma unidade hoteleira que foi ligado o esgoto a um pequeno depósito de resíduos, com a autorização do executivo anterior e, que semana sim semana não, tem que ir lá um trator ao custo da Câmara Municipal retirar esses resíduos para colocar na rede e temos que o colocar, sendo que vai custar cerca de 1 milhão de euros, o ITI total que temos que executar no próximo ano, estou a falar só da parte da Câmara Municipal, além disso, ainda temos 48 pontos de água que não têm ETA e que têm que ter ETA, 48 pontos de água, temos uma multa vinda do executivo anterior da ERSAR por causa disso. A crescer dois carros do lixo que custam 300 mil euros cada um porque dos 5 que temos trabalha 1 e meio. -----

Isto se não percebeu naquela altura, espero que agora fique totalmente esclarecido, quando eu disse que efetivamente ficamos com algum dinheiro, não ficamos foi nem com projetos, porque por exemplo vou falar também aqui, falou-se do Rosário, mas depois já explico o resto das coisas, existe a urbanização do Rosário mas existe uma ideia, não existe um projeto, também não há projeto para executar! Temos que fazer projeto. Espero ter esclarecido a questão da situação financeira: está desafogada na tesouraria; não está

desafogada em investimentos que são pertinentes para o nosso concelho e são necessários, Senhor deputado. -----

Quanto ao deputado Rui Cortes, a questão das barragens tem sido desde o primeiro momento uma preocupação deste executivo. Já tivemos uma reunião com a Senhora Ministra e uma reunião com o Secretário de Estado, porque o que nos preocupa é que a “autoestrada da água” foi considerada, e Almodôvar e Castro Verde saíam fora desta temática. -----

A barragem que se refere foi uma barragem que foi desenhada pelo executivo anterior e o que nos é dito é que a mesma pode colocar em causa os caudais do rio Guadiana. Colocando em causa os caudais do rio Guadiana teria de ser revisto o protocolo com a Espanha. Não acreditando nisso e achando que isso não é uma razão — que não há barragem de Oeiras —, poderá haver barragem do Mira ou outra barragem para conseguirmos salvaguardar as necessidades do concelho. Tem havido contactos, os contactos estão com o Ministério, como o contacto da Senhora da Graça dos Padrões para nós podermos utilizar a água em alta para aquela população que não tem água por causa da mina, e existe esse contacto, e possivelmente vamos construir uma rede secundária de água bruta, a chamada água não tratada para dentro da Senhora da Graça dos Padrões para as pessoas poderem, pelo menos, regar o quintal e sem estarem a pagar aquilo que é a tarifa da água pública e esta tem sido uma preocupação muito grande deste executivo.-----

Dona Cristina Germano fala do Gabinete de Apoio às Freguesias: não há nem nunca haverá nenhum vazio; nunca houve a questão de termos um Gabinete de Apoio às Freguesias que era liderado pela Dra. Laura. A Dra. Laura assumiu funções de Chefe da Unidade Orgânica e o Gabinete de Apoio às Freguesias foi entregue ao Chefe de Gabinete, Dr. Ricardo Jacób; portanto, não há nenhum vazio. Inclusive, tem havido contacto do mesmo, mesmo quando a Dra. Laura estava em funções e existiu agora, inclusivamente, uma necessidade de apoio a Gomes Aires, como qualquer outra Freguesia, e têm tido necessidade de apoio e têm tido as suas respostas; portanto, não há vazio nem haverá nunca vazio no apoio às Freguesias. Eu entendo e este executivo entende que é fundamental para o desenvolvimento de qualquer território, é quem está efetivamente com as populações, porque quem está diariamente com as populações nas freguesias é que conhece o real problema e verificou-se isso agora com a questão da proteção civil, que efetivamente é quem está nas freguesias e que foi ouvido, que sabe onde é que estão as pessoas isoladas e onde é que estão as pessoas que podem precisar de alguma ajuda.-----

O Senhor deputado Miguel Colaço fala das obras particulares, eu vou ter que dizer que aquilo que disse é uma inverdade porque, efetivamente, estamos muito melhor do que o que estávamos, não estamos como queríamos estar naturalmente mas, temos mais uma arquiteta que foi contratada como Chefe de Divisão e foi escolhida por ser arquiteta e que também analisa projetos, chefia a Divisão, por isso é que foi criada uma Unidade Orgânica que é para retirar o trabalho da rua e ela poder dedicar-se única e exclusivamente à análise de projetos e ao acompanhamento também da outra arquiteta que temos na Câmara, a Arq.<sup>a</sup> Helena. A acompanhar está também um Avençado que já vinha também do anterior executivo e que renovamos novamente que é o Arq. Ricardo Benedito que é de Aljustrel e vai fazendo um conjunto de processos, portanto, estamos a avançar mais rápido. Tenho de concordar consigo e não tenho a mínima dúvida de que o ideal não é este. O ideal não é esperar, e eu sou um dos munícipes que está à espera. Sou um dos munícipes que tem o seu processo numerado e está na base, está no sítio onde tem de estar e deve ser analisado quando for analisado, naturalmente. Estamos preocupados com isso, tanto estávamos na campanha e estamos agora, que mudamos o quadro de pessoal e no quadro de pessoal temos 2 vagas para arquiteto, aquilo que sabemos, não posso comprovar, porque não abriu ainda concurso, é que vai ficar vazio porque em contacto com os outros municípios todos dizem a mesma coisa, há duas coisas que não existem no mercado de trabalho, médicos e arquitetos, ninguém arranja em lado nenhum. Se conhecer algum arquiteto nós vamos abrir brevemente e digam a todos os arquitetos e quem nos está a ouvir, todos os arquitetos que queiram vir trabalhar para Almodôvar vamos abrir 2 vagas muito brevemente para esse concurso e gostávamos

muito que viessem, agora é como os médicos estamos exatamente na mesma questão, não existe no mercado. -----

Senhor deputado, Senhor Presidente da Junta, Nelson Guerreiro como sabe a educação é uma vertente do Presidente da Câmara, não é da Junta de Freguesia. Eu não fiz nenhuma visita programada. Estava a falar de uma questão com o Senhor Vereador e com a Senhora Vereadora e, agarrei em mim e fui à Aldeia dos Fernandes. Será muito complicado eu, para ter de ir à Aldeia dos Fernandes, ter que ligar ao Senhor Presidente de Junta. Fomos ver uma situação, perguntem-me o que é que fomos ver. Fomos ver a escola e aquilo que constatamos é que, afinal, o investimento feito na educação na Aldeia dos Fernandes não era suficiente. A pequena sala que foi criada não é sala nem pode servir como tal; tem de ser colocada uma nova sala, e isso tem de aparecer. Para isso, tínhamos de ir lá ver. Levamos, inclusivamente, a Sra. Chefe de Divisão e já ela foi outra vez lá, já foram 2 ou 3 vezes no sentido de percebermos onde é que poderá ser feita a nova sala e em tempo quando tivermos isso pensado naturalmente que a Junta de Freguesia vai ser envolvida no local e como é que as coisas estão a acontecer. Temos já um desenho inicial e nessa altura o Senhor Presidente com toda a certeza e com todo o gosto o vamos envolver. Percebemos foi que o grande investimento na educação na Aldeia dos Fernandes não era suficiente e temos que resolver o que ficou. -----

Senhor deputado Ruben Maia, com respeito à Creche, já referi a questão das vagas, dizer-lhe, inclusivamente, que a questão das amas prende-se com a formação profissional. Obrigatoriamente, as amas têm de fazer uma formação profissional. Já falámos com o Agrupamento Escolas para percebermos se conseguimos abrir essa formação no âmbito da Formação Profissional e depois contactaremos. Não é um processo simples e, como disse, há quase 1 ano, faltam uns quantos meses, é que só há 7 meses que a gente está cá, 8 meses, vai fazer 8 meses amanhã, para um ano ainda falta aqui uns quantos meses, deem-nos aqui mais uns mesitos, não queiram que a gente tenha feito uma reestruturação na Câmara, tenha colocado a Câmara a funcionar em 8 meses e neste momento já tínhamos todo o nosso programa eleitoral cumprido como é natural, não me parece muito fácil, mas dizer-lhe que estamos atentos, as amas é uma possibilidade. Os contentores digo-lhe já que não é, contactamos depois com a Segurança Social e essa não era uma solução porque não iríamos ter apoio, não ter apoio tinha de ser feito por um privado, não podia ser feito pela autarquia porque as IPSS depois não tinham esse apoio para aquela responsabilidade. Mas mais uma vez digo, estamos preocupados com a Creche porque já temos, graças a Deus, mais grávidas. Tínhamos 50 para este ano e parece-me que já vamos tendo muitas, inclusivamente muitas funcionárias da Câmara, o que quer dizer que têm estabilidade no local de trabalho. -----

Senhora deputada Ana Guerreiro, no que concerne às presidências abertas dizer-lhe que tem sido fundamental para aquilo que são os projetos que o executivo tem em mente para as diversas áreas. Ir falar com as pessoas leva-nos, depois, a pensar nos investimentos de forma mais correta, de acordo com as necessidades das pessoas. Efetivamente referiu-se Santa Cruz mas, Santa Cruz eu considero que ainda não está feito, ainda temos de fazer Santa Cruz porque se se recordam, quando fizemos a presidência aberta em Santa Cruz estava a chover torrencialmente e não fizemos todas as visitas à freguesia, só fizemos duas reuniões com a população, Viúvas e Dogueno, nessas por exemplo, posso dizer que na Dogueno falou-se na toponímia, estamos à espera da proposta das próprias pessoas para ser desenvolvida a toponímia da Dogueno que não tem números de rua. Como já estamos a falar de outras, em Gomes Aires, estivemos a ver a questão do lagarete, que é uma questão de um projeto da Câmara e que fomos visitar, entre muitas outras coisas. -----

Senhora deputada isso é de extrema importância para aquilo que são as decisões do município nos investimentos públicos, todas as visitas que fizemos e estava-me a lembrar por exemplo da Rua do Eucalipto, também temos já previsto aquela situação dos resíduos que não tem lá, entre muitas outras, que vamos sempre fazendo o nosso apontamento no caderno e depois quando temos de tomar decisões políticas temos que ir de acordo com essas necessidades da população. Algumas não são muito fáceis de resolver, como é natural.

Ainda hoje estive na Corte Zorrinho num encontro com a população. Também estive no Monte das Mestras, na Ronca e em mais alguns locais, porque estamos no mês da presidência aberta de Almodôvar, que vai ser muito repartido, porque efetivamente Almodôvar tem mais aglomerados populacionais. E esta semana vamos ter a nossa feira FACAL. Já não poderei, até ao final da semana, fazer mais nenhuma visita.-----

Senhor deputado Filipe Oliveira conhecemo-nos já há muitos anos e a verdade é essa, sabe que os meus 20 anos de experiência no âmbito da proteção civil não podiam deixar que eu enquanto Presidente da Câmara assumisse o risco que um Presidente da Câmara assume, falou, e bem, dos incêndios de 2017, falou e bem de muitas outras situações e não nos podemos esquecer que o Presidente de Câmara é o responsável no seu território para todas as atuações de proteção civil por isso é que as Câmaras Municipais têm protocolos com os Corpos de Bombeiros onde lhe entregam uma parte da responsabilidade mas, por isso é que há muitos anos que é obrigatório os serviços municipais de proteção civil e os coordenadores operacionais municipais são o garante das medidas de proteção civil. Em dois meses e meio, o serviço municipal de proteção civil conseguiu ser uma referência regional, conseguiu, porque se fez investimento e não cheirou a esturro, fez-se mesmo investimento. Esse investimento levou a que, no último incêndio, por exemplo, já estivesse ali praticamente no início; foi a 1 de maio. O incêndio das Fontes Ferrenhas levou a que nós conseguíssemos driblar o incêndio e termos mais alguém para apoiar aquele incêndio, explicar-lhe que o meio aéreo no incêndio das Fontes Ferrenhas apareceu por 3 ou 4 horas e, vindo de muito longe, fez 2 descargas e foi-se embora. Explicar-vos que o incêndio que agora foi o teste do centro de coordenação que nós investimos foi o incêndio do Ameixial. Está neste momento a ser falado em todo o país a referência do serviço municipal de proteção civil de Almodôvar e eu orgulho-me muito disso, naturalmente, orgulho-me de nós neste momento sermos uma referência regional. Em 2 meses e meio este serviço conseguiu naquele trabalho, que não é visível, naquele investimento que não cheira a esturro e, volto a dizer, que é o investimento que é feito durante 2 meses e meio, conseguimos a colocação de 5 máquinas de arrasto em pouco mais de 2 horas e principalmente, conseguimos conter o incendio do lado de Loulé onde estive a 600 metros de Almodôvar, não estive a quilómetros, estive a 600 metros do concelho de Almodôvar e se tivesse entrado na Ribeira, naturalmente que entrava no concelho de Almodôvar muito mais forte do que seria expectável naquela frente. Conseguimos a alimentação para os nossos homens porque do Algarve, penso que eram 2 da manhã quando apareceram as primeiras sandes, já eu pessoalmente lhes tinha lá levado jantar e já tínhamos tido outra pessoa que tinha lá levado umas sandes e eles tiveram sempre a ser acompanhados, mas foi graças ao serviço municipal de proteção civil que já tinha contratualizado com um restaurante, sendo que foram ouvidos todos os restaurantes de Almodôvar, já tinham contratualizado as refeições. Com as máquinas de rastos, inclusive está falado, não contratualizado, o pré-posicionamento das máquinas de rastos, tendo em atenção que, nos dias de alto risco, as máquinas não podem operar e nós vamos pagar a paragem delas, mas pré-posicionadas em cima do camião. Quando se iniciou o incendio no Ameixial através de um grupo que temos do whatsapp com todos os agentes do serviço municipal de proteção civil solicitou-se e porque estávamos em alto risco de incendio que as máquinas fossem colocadas em cima de camiões. Foram colocadas e em pouco mais de 2 horas e meia estavam no terreno a operar, as 5 máquinas que temos em Almodôvar.-----

Lembrar ainda que foi através deste serviço que conseguimos durante o período normal, que é até amanhã, fazer todas as faixas de gestão de combustível que são da responsabilidade do município, faixas de gestão em estradas alcatroadas, não estão todas feitas pelos empreiteiros, nós, os sapadores florestais fizeram cerca de 30 quilómetros e muitos metros quadrados em volta de muitos sítios mas isto só é possível quando se faz planeamento e só se faz planeamento se houver efetivamente um grupo que é extraordinário da proteção civil a fazer esse planeamento. -----

Explicar ao Senhor deputado Filipe Oliveira que é uma honra para mim. -----

Explicar ainda que o programa desfibrilhador automático externo que foi contratualizado no ano passado, em fevereiro de 2025, quando chegamos cá, tinha um DAE implementado, dos 8, que é o da Praça da República, e tinha 2 cursos. Neste momento, após 2 meses e meio de serviço, já temos 5 cursos e, até setembro, estão implementados todos os DAE, porque os que vão ficar para mais tarde são os das escolas que se iniciam naturalmente em setembro.

Ainda no incêndio do Ameixial preparamos uma scap, porque era possivelmente necessária já que se falava que do Ameixial precisassem de evacuar pessoas. Se não as pudessem evacuar para Loulé pelo trânsito, evacuavam para Almodôvar, isto foi tratado diretamente com o serviço de proteção de Segurança Social de Beja que estava a operar com o serviço de Segurança Social de Faro, entre muitas coisas que foram feitas, como na mesma semana, tínhamos montado a scap tendo em atenção os avisos que vinham da proteção civil e do próprio serviços do clima a dizer que íamos ter temperaturas na ordem dos 45 graus o que não aconteceu, já que essas temperaturas deslocaram-se, se acompanharam as notícias, em vez de se deslocarem para a península ibérica deslocaram-se para a Alemanha, portanto toda a temperatura foi deslocada para aquele sítio porque sabíamos que o centro onde tudo ia começar era na França.-----

Senhor Presidente da Junta do Rosário a redução orçamental é única e exclusivamente relacionada com aquilo que tem a ver com a execução, quando nós fazemos um planeamento como é o orçamento, esse planeamento tem a ver, e vai sendo melhorado ao longo do ano, ou seja, nós tínhamos o planeamento de um conjunto de obras que referiu e muito bem, como sendo feitas este ano, como não tínhamos nenhum projeto, quando cá chegamos, para a maior parte delas a meio do ano e estamos em junho, resolvemos ver o que é que é possível fazer e ver o que não é possível fazer. Nenhuma das rubricas ficou vazia, ficou sem dinheiro, as rubricas ficaram com o dinheiro necessário para a execução dos projetos, que é aquilo que nós vamos conseguir efetivamente fazer até ao final deste ano, no próximo ano essas rubricas vão ser reforçadas para a execução dos projetos, portanto para aquilo que é obra são retirados os valores que sentimos que estão a mais para outras rubricas onde podemos fazer obra, onde podemos construir, onde podemos adquirir e fazer investimento, nesse sentido, esta reprogramação é normal fazer-se, ela vem à Assembleia porque há rubricas novas que a meio do ano percebemos que tinham de ser colocadas por isso é que está aqui no ponto seguinte e muito possivelmente será a mesma explicação que tenho aqui. No que concerne à sombra das escolas está contratado, deram 2 meses, setembro, está contratado, está adquirido a sombra, foi um contrato que foi lá feito também lá um desenho e foi encontrada a melhor solução, só que estamos no verão as empresas que fazem toldos não têm hipótese nenhuma, portanto o que nos disseram, penso que há um mês, foi que não ia estar pronto até ao final do ano letivo mas que em setembro garantiam que já estava instalado. Portanto, todas as outras obras é explicar-lhe isso mesmo que estão em planeamento e projeto.” -----

#### **C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----**

#### **C.1 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2026: -----**

A **Presidente da Assembleia** deu início ao Ponto da Ordem de Trabalhos e de imediato questionou o plenário se alguém pretendia fazer alguma intervenção.

Prosseguindo com os trabalhos, a **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo registado as inscrições dos deputados Nelson Guerreiro e Tiago Casimiro.

De acordo com a ordem das inscrições, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Nelson Guerreiro**, que proferiu o seguinte: -----

“À juventude que há bocado esqueci-me, bem hajam e força que vocês são os nossos substitutos. -----

Relativamente às Grandes Opções do Plano, gostaria de solicitar alguns esclarecimentos sobre as últimas alterações introduzidas. -----

Verificámos que foi retirada uma verba de 50.000 euros da dotação destinada à reestruturação do cemitério da Aldeia dos Fernandes. Perante esta alteração, importa esclarecer quais os fundamentos que estiveram na base desta decisão. -----

Assim, pergunto: -----

Qual foi o motivo da redução desta verba?-----

Esta dotação foi transferida para obras que já dispõem de projetos aprovados e cuja execução está prevista para breve?-----

Foi canalizada para a elaboração de novos projetos? -----

Estas são questões legítimas, porque as opções orçamentais refletem as prioridades políticas do executivo e devem ser devidamente justificadas perante esta Assembleia e perante a população. -----

A reestruturação do cemitério não é uma necessidade recente. -----

Trata-se de uma intervenção há muito identificada como essencial, quer pela capacidade existente, quer pelas condições que importa garantir às famílias do nosso concelho.-----

Naturalmente, compreendemos que possam existir ajustamentos às Grandes Opções do Plano. Contudo, quando se retira financiamento a uma obra reconhecidamente necessária, é fundamental explicar quais os critérios que sustentaram essa decisão e quais os objetivos que se pretendem alcançar com a reafecção dessa verba. -----

Porque as prioridades de uns não podem significar o adiamento permanente das necessidades de outros, defendemos que as opções orçamentais devem ser transparentes, equilibradas e devidamente fundamentadas.-----

Esperamos, por isso, que o Executivo esclareça esta Assembleia sobre o destino destes 50.000 euros e sobre o impacto que esta alteração terá no calendário de execução da reestruturação do cemitério.-----

Por fim, não me venham com a velha história de que o antigo executivo não deixou nada e era apenas uma ideia, porque arrisco-me a dizer que, passados 9 meses de se saber que era uma prioridade neste executivo em funções, nem ideia nem projetos, e muito menos verbas que saem e entram de rubrica em rubrica.”-----

Prosseguindo, foi dada a palavra ao **deputado Tiago Casimiro** que se disse: -----

“A revisão orçamental que hoje apreciamos íntegra uma medida que considero particularmente relevante: a criação do Regulamento Municipal de Mérito Universitário.

E é importante percebermos que esta não é apenas um ponto escrito num orçamento.

É uma escolha política. Valorizar os estudantes do ensino superior do nosso concelho.

É a escolha de reconhecer que o mérito, o esforço, a dedicação e a perseverança merecem ser valorizados. -----

Num concelho do interior como o nosso, onde tantos jovens saem para estudar, esta medida tem um significado ainda maior. É uma forma de lhes dizer que, mesmo quando seguem o seu percurso académico longe de casa, Almodôvar continua a acompanhar o seu caminho e continua a acreditar neles.-----

Este regulamento faz mais do que atribuir um prémio. Cria uma cultura de valorização da excelência. Transmite uma mensagem clara: estudar, trabalhar e alcançar resultados de mérito vale a pena. -----

E há outro aspeto que considero particularmente feliz nesta iniciativa. -----

Ao associar parte deste apoio ao comércio local e aos empreendimentos turísticos do concelho, consegue-se criar uma ligação entre o sucesso académico dos nossos jovens e a economia local. É uma medida que valoriza simultaneamente as pessoas e o território.

Mas permitam-me uma reflexão.-----

Enquanto jovem deputado municipal, acredito que a melhor política de juventude é aquela que faz os jovens sentirem que pertencem ao seu concelho. -----

Que o seu esforço é reconhecido. -----

Que as suas ideias contam. -----

E que há espaço para participarem cada vez mais na vida da comunidade, nas iniciativas do Município, nos projetos dirigidos à juventude e na construção das políticas públicas que lhes dizem respeito.-----

Porque aproximar os jovens da política não se faz apenas com discursos. Isso penso eu que os jovens já estão um bocado cansados.-----

Faz-se dando o exemplo.-----

Faz-se mostrando que a política pode ser séria, próxima das pessoas e capaz de criar oportunidades. Dar voz aos jovens nas atividades ligadas à juventude, tanto em momentos mais festivos, como em outros, também é uma forma de reconhecer o seu mérito de pensar e querer colaborar para a dinâmica do Município e creio que deverá começar a haver espaço para isso.-----

Esta Bolsa de Mérito Universitário é um bom exemplo disso.-----

É uma medida que olha para a juventude com confiança e não com desconfiança. -----

Que recompensa o mérito sem esquecer a ligação dos jovens à sua terra. -----

E que demonstra que este Executivo não olha para a juventude como uma promessa distante, mas como uma prioridade presente.-----

É esse caminho que devemos continuar a seguir.” -----

Prosseguindo, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que “em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia, Senhor deputado Nelson Guerreiro, explicar-lhe que não há nenhuma retirada de Opções do Plano, conforme já tinha dito também respeitante ao Rosário. -----

O que existiu foi claramente que já há o projeto, não é bem um projeto mas há um estudo acerca daquilo que é a possível para a ampliação do cemitério da Aldeia dos Fernandes e ficou na rubrica 100 mil euros, 100 mil e 10 euros e foram retirados 50 mil porque nós não iríamos conseguir executar até ao fim do ano. Nesta rubrica dos 100 mil euros está já parte da execução que vamos fazer este ano; portanto, não há nenhuma retirada em nenhuma das alterações orçamentais, não há nenhuma anulação das Opções do Plano, o que existe é uma reprogramação financeira daquilo que são as Opções e a colocação de novas Opções do Plano que, naturalmente, no Orçamento ainda não tínhamos acesso à informação, foram questões que vieram depois de aprovado o Orçamento. -----

Penso que respondi e não são 9 meses ainda não chegaram aos 8 que nós cá estamos, nem 12 nem 9 são menos de 8. -----

Ao Senhor deputado Tiago Casimiro naturalmente, a juventude para nós é fundamental e é para isso que trabalhamos.”-----

Findas as intervenções, a Presidente da Assembleia, em cumprimento da disposição da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, colocou a matéria à votação a tendo a Assembleia Municipal por **maioria**, com 12 votos a favor (PSD/UPF) e 11 abstenções (PS) **deliberado, aprovar a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Exercício Económico de 2026**, no valor de **€586.530,00** (quinhentos e oitenta e seis mil quinhentos e trinta euros), que visa a introdução de novos projetos na componente orçamental da Despesa, corrente e de capital, cuja necessidade ocorreu no decurso da execução orçamental, em conformidade com o estabelecido no ponto 3 da NCP 26 do SNC-AP e dos pontos 8.3.13 e 8.3.1.4 do POCAL. -----

**DECLARAÇÕES DE VOTO:**-----

**O deputado Ruben Maia, em nome da bancada do PS, proferiu a seguinte declaração de voto:**

“A bancada do Partido Socialista reafirma que nunca se opôs ao investimento nem à concretização de novos projetos que contribuam para o desenvolvimento do concelho. Aliás, sempre defendemos uma gestão ambiciosa, mas também responsável, equilibrada e transparente dos recursos públicos.-----

Contudo, não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação perante a opção de retirar verbas de rubricas que consideramos estruturantes e essenciais para a concretização

de compromissos assumidos com a população. O desenvolvimento de um concelho não se faz apenas com novos anúncios; faz-se também com o cumprimento das prioridades já definidas e com a concretização dos projetos que há muito aguardam execução.-----

Receamos que esta redistribuição de verbas possa comprometer a realização desses investimentos, sem que existam garantias de que as dotações retiradas venham efetivamente a ser repostas. A boa gestão financeira exige planeamento, rigor e previsibilidade, e não deve colocar em causa projetos considerados prioritários para a comunidade. -----

O Partido Socialista entende que é possível conciliar novos investimentos com a salvaguarda dos projetos estruturantes já previstos, sem criar incerteza quanto à sua execução. É essa visão de equilíbrio e responsabilidade que continuaremos a defender. ----

Assim, por reconhecermos a importância dos novos investimentos, mas por discordarmos da forma como se pretende financiá-los e pelas reservas que mantemos quanto às consequências desta opção para projetos essenciais no concelho, a bancada do Partido Socialista decide abster-se na votação da Segunda Revisão das Grandes Opções do Plano. -----

Esta abstenção constitui um voto de exigência e de responsabilidade política: -----

- Exigência para que o Executivo garanta que os projetos considerados prioritários não serão sacrificados; -----

- Responsabilidade por não inviabilizar investimentos que podem ser importantes para o futuro do concelho, sem deixar de assinalar as preocupações que entendemos serem do interesse da população.” -----

**C.2 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DOS JÚRIS DE RECRUTAMENTO DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS A PROMOVER PARA O PROVIMENTO DE CARGOS DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE 2.º E 3.º GRAU:-----**

A **Presidente da Assembleia** deu início ao Ponto da Ordem de Trabalhos e de imediato questionou o Presidente da Câmara se queria prestar algum esclarecimento sobre a matéria.

O **Presidente da Câmara**, no uso da palavra explicou que “se houver naturalmente alguma necessidade, tenho todo o gosto em esclarecer.-----

De acordo com a nova estrutura, foram criados e nomeados pelo Presidente da Câmara os Chefes da Unidade Orgânica e de Divisão, mas, nos 90 dias após essa nomeação, eles têm de ser submetidos a um concurso ao qual pode concorrer qualquer dirigente e tem de haver um júri. Esse júri é constituído por 5 pessoas em cada um dos concursos e, as pessoas que podem integrar esse júri são Chefes de Divisão, Chefes de Unidade Orgânica, de acordo com aquilo que está previsto, de outros municípios e do nosso. No nosso só tínhamos 2 pessoas que foram reconduzidas ou pessoas de reconhecido mérito a nível regional ou propriamente nacional. Tentamos fazer convites aos diversos concelhos aqui à volta, inclusivamente também no Algarve, e conseguimos chegar a estes nomes que é a proposta que tem de vir aqui à Assembleia para ser aprovada, a proposta de designação desse júri para o procedimento do concurso relacionado com os Chefes da Unidade Orgânica e de Divisão que foram nomeados pelo Presidente. -----

A **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado qualquer inscrição por parte dos deputados municipais. -----

Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia colocou à votação a Proposta n.º 79/2026, tendo a Assembleia Municipal, por **unanimidade**, com 23 votos a favor (PSD/PS/UPF), **deliberado**: -----

**1.º - Aprovar a composição do júri dos referidos procedimentos concursais**, nos termos exatos em que está exarado na Proposta n.º **79/2026**;-----

**2.º - Emitir parecer prévio favorável** relativamente à constituição do Júri proposto;-

**3.º - Fixar em 85,82€** (oitenta e cinco euros e oitenta e dois cêntimos) o montante da remuneração devida aos membros do júri não vinculados à Administração Pública, por cada

sessão em que estejam presentes, nos termos do disposto no artigo 13.º, n.º 4, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto (Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais), conjugado com o artigo 21.º, n.º 5, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e com o Despacho n.º 26901/2005, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 249, de 29 de dezembro de 2005;-----

**4.º - Aprovar**, que aos referidos membros do júri, **sejam abonadas as ajudas de custo e reembolsadas as despesas de transporte** efetuadas por motivo do exercício dessas funções, nos termos e pelos valores legalmente fixados para os trabalhadores em funções públicas.-----

**C.3 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DO PLANO PORMENOR DE ALDEIA DOS FERNANDES:**-----

A **Presidente da Assembleia** deu início ao Ponto da Ordem de Trabalhos e de imediato questionou o Presidente da Câmara se queria prestar algum esclarecimento sobre a matéria.

O **Presidente da Câmara**, detalhou que “na Aldeia dos Fernandes como outros Planos de Pormenor, vinham do PDM que tem data de 1998, como alguém já referiu aqui na Assembleia, estes Planos de Pormenor. -----

Primeiro, o Plano de Pormenor da Aldeia dos Fernandes não estava a ser cumprido, já tínhamos habitações que estavam aprovadas fora daquilo que o próprio plano diz, por outro lado, as novas propostas que existem para o local onde existia o Plano de Pormenor limitava a execução de investimentos, como alguém também já referiu aqui, é de todo importante que os investimentos sejam acolhidos e que a gente tenha alguma capacidade de eles poderem ser executados. Existe uma proposta, que tem gerado alguma polémica de alguns cidadãos na Aldeia dos Fernandes, que é a abertura de umas bombas de gasolina e elas não poderiam ser aprovadas pela Câmara se este Plano de Pormenor continuasse ativo porque há uma parte das bombas que fica dentro do Plano de Pormenor, não está previsto no Plano de Pormenor. -----

Dizer-vos que essas bombas de gasolina, muito embora tenham sido polémicas, passaram por todos os pedidos e todos os requisitos. Foi inclusivamente feito um abaixo-assinado através de alguns populares que colocaram um conjunto de perguntas inclusivamente à autoridade nacional de proteção civil e um conjunto de outras entidades foram consultadas e até agora ninguém, nenhuma das entidades que foi consultada, referiu ser um problema ou ser ilegal. -----

A questão do Plano de Pormenor, que fique claro e esclarecido, não coloca nenhum proprietário, refiro outra vez, nenhum proprietário da Aldeia dos Fernandes em situação vulnerável. Quero com isto dizer o quê, a anulação deste Plano de Pormenor não coloca nenhum metro quadrado do Plano de Pormenor existente uma incapacidade de pedidos de construção a partir daqui, ou seja, todas as áreas que estavam incluídas no plano de pormenor para a construção, estão incluídas no PDM para construção na mesma, portanto a retirada do Plano de Pormenor não tira nenhuma garantia a nenhum proprietário. Isto teve consulta pública, teve aqui um conjunto de procedimentos e a alteração deste Plano de Pormenor tem que ser aprovada pela Assembleia Municipal por isso é que vem aqui.” -----

A **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado qualquer inscrição por parte dos deputados municipais. -----

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou a **Proposta n.º 82/2026** à votação, tendo a Assembleia Municipal, para os efeitos do previsto no n.º 3 do Artigo 127.º e Artigo 90.º ambos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, na sua atual redação, por **unanimidade**, com 23 votos a favor (PSD/PS/UPF), **deliberado:**

**Aprovar a Revogação do Plano Pormenor da Aldeia dos Fernandes**, nos termos e com os fundamentos constantes no Relatório produzido pelos serviços municipais, anexo à

Proposta n.º 82/2026, cujos originais se encontram arquivados na Câmara Municipal e que aqui se dão como totalmente reproduzidos. -----

**C.4 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE FORMALIZAÇÃO DE CEDÊNCIA DE PARCELA PARA INTEGRAÇÃO EM DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL E RESPECTIVAS CONTRAPARTIDAS:** -----

A **Presidente da Assembleia Municipal** de imediato questionou o Presidente da Câmara se queria prestar algum esclarecimento sobre o Ponto em apreciação. -----

O **Presidente da Câmara** explicou que “na urbanização do Maldonado tivemos um município que adquiriu dois lotes para construção e veio pedir uma alteração à urbanização e nós combinamos e conseguimos falar com o município para que uma pequena faixa do final daquele lote passasse a domínio público. Atrás da urbanização do Maldonado existe um caminho que não está feito, mas que nós pretendíamos fazer, uma estrada e há uma parte que é privada mas, pretendemos que passe aí uma rua atrás desta urbanização e, estes metros quadrados que foram cedidos por este município vão garantir a largura de toda a estrada durante todo o percurso é por isso que tem de vir à Assembleia Municipal.” -----

A **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado qualquer inscrição por parte dos deputados municipais. -----

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia para os efeitos do previsto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, colocou à votação a **Proposta n.º 59/2026, tendo a Assembleia Municipal, por unanimidade, com 23 votos a favor (PSD/PS/UPF), deliberado:** -----

**1.º - Aprovar a cedência, a título definitivo pelos municípios Sra. Carina Isabel Silva Lages e Sr. Roberto Fernando Guerreiro, de uma parcela de terreno com a área de 34,45m², a desanexar ao prédio urbano sua propriedade, localizado em freguesia e concelho Almodôvar, inscrito na Conservatória do Registo Predial de Almodôvar com o número 3858/20121109, na matriz urbana n.º 3896-P, destinada a integrar o domínio público municipal, com as delimitações constantes em planta anexa à Proposta 59/2026;** -----

**2.º - Aprovar a proposta de afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno identificado no ponto 3 dos Considerandos da Proposta n.º 59/2026;** -----

**3.º - Aprovar como contrapartidas da cedência da parcela de terreno com a área de 34,45m², propriedade dos municípios Sra. Carina Isabel Silva Lages e Sr. Roberto Fernando Guerreiro:** -----

**a) Isenção total do pagamento da taxa correspondente ao aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento n.º 1/86, no valor de € 79,30, previsto nos termos do n.º 2 do artigo 37.º da Secção I do Capítulo X do Anexo I do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais;** -----

**b) Isenção parcial de 50% das taxas urbanísticas respeitantes a eventual processo de licenciamento/comunicação prévia de obras de construção de habitação unifamiliar no Lote n.º 33, que os requerentes entenderão submeter para análise dos serviços municipais. Esta isenção parcial não engloba eventuais taxas referentes a prorrogações de prazo;** -----

**c) Aprovar a assunção de todas as despesas inerentes à integração da parcela no domínio público da autarquia, nos termos das alíneas a), b) e d) do n.º 1 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

**4.º - Conceder os devidos poderes ao Senhor Presidente para outorga de documentação legal necessária referente à desanexação da parcela e consequente inclusão no domínio público da autarquia, nos termos das alíneas a), b) e d) do n.º 1 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

**C.5 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR E A FREGUESIA DE SANTA CRUZ, REFERENTE AO APOIO A PRESTAR NO ÂMBITO DO PROJETO “ALDEIA DE INOVAÇÃO”, INTEGRADO NA PARCERIA PARA A COESÃO NÃO URBANA “ARCO - ACADEMIA RURAL COLABORATIVA”:** -----

A **Presidente da Assembleia Municipal** iniciou o ponto e de imediato questionou o Presidente da Câmara se queria prestar algum esclarecimento sobre esta matéria. -----

O **Presidente da Câmara** explicou que “a Junta de Freguesia é piloto num projeto que pode depois ser replicado para outras Freguesias, naturalmente com um custo muito menor. Este projeto é um projeto de desenvolvimento relacionado com aquilo que é a parte da nossa cultura e das nossas gentes, ou seja, é aprender com as nossas gentes como é que se faz as hortas e como se faz a alimentação e criar depois aqui um mecanismo em que possamos ser visitados por jovens de outros territórios para passar alguns dias, Este investimento é um investimento que nós entendemos prioritário, não é para Santa Cruz, é um investimento que em Santa Cruz é um caso de estudo, vai-se fazer o estudo deste projeto e, não tinha a capacidade do autofinanciamento do fundo comunitário e nesse sentido vamos apoiar a Freguesia mas, vamos retirar de lá depois a réplica para outras Freguesias rurais, como é o caso de São Barnabé, Gomes Aires ou até Santa Clara, ou outras que pretendam depois retirar daquele projeto aquilo que melhor ele tem para nós conseguirmos cada vez mais ter pessoas no território e mudarmos um pouco aquilo que são os rendimentos do próprio território.” -

A **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado qualquer inscrição por parte dos deputados municipais. -----

**Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia no uso da competência que lhe está cometida por força da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, colocou à votação a Proposta n.º 81/2026, tendo a Assembleia Municipal, por unanimidade, com 23 votos a favor (PSD/PS/UPF), deliberado:** -----

**1.º - Aprovar a minuta de Protocolo de Colaboração** a celebrar entre o Município de Almodôvar e a Freguesia de Santa Cruz, que estabelece os termos do apoio técnico e financeiro a prestar no âmbito do projeto “Aldeia de Inovação”, integrado na Parceria para a Coesão Não Urbana “ARCo - Academia Rural Colaborativa”, nos termos e com os fundamentos constantes na Proposta n.º 81/2026; -----

**2.º - Aprovar** que os encargos emergentes da atribuição da presente comparticipação sejam suportados através da rubrica orçamental, com a classificação económica: 04050102, compromisso n.º 100357; -----

**3.º - Conferir** ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Freitas, os poderes necessários para **outorgar** o Protocolo em nome do Município de Almodôvar. -----

**DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

**A deputada Filipa Ramos, em nome da bancada do PS, proferiu a seguinte declaração de voto:**

“O Projeto “Aldeia de Inovação”, com diligências iniciadas ainda no mandato do Partido Socialista começa agora a dar os seus primeiros passos. O Partido Socialista mantém a mesma convicção de sempre: trata-se de um projeto com um enorme potencial para promover o desenvolvimento, a inovação e valorização da freguesia. -----

É por isso, com satisfação que vemos este projeto avançar, sobretudo tendo em conta que foi referido pelo atual Senhor Presidente da Câmara como um projeto piloto, com possibilidade de servir de exemplo para outras Freguesias do concelho. -----

No entanto, queremos também deixar claro que a nossa posição relativamente à verba atribuída pelo município à Junta de Freguesia de Santa Cruz não representa uma

concordância com o método adotado. Entendemos que o processo poderia ter seguido um modelo mais coerente, equitativo e estruturado. -----

Ainda assim, o nosso voto é favorável porque colocamos o interesse da população acima das divergências quanto ao procedimento. -----

Votamos a favor por acreditarmos no mérito e no potencial deste projeto, esperando que esta iniciativa seja bem-sucedida e possa ser alargada às restantes Freguesias.” -----

**C.6 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ACESSO E UTILIZAÇÃO DO CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES DE ALMODÔVAR:** -----

A **Presidente da Assembleia Municipal** de imediato questionou o Presidente da Câmara se queria fazer alguma introdução à matéria. -----

Usando a palavra, o **Presidente da Câmara** disse que “convinha fazer aqui o enquadramento. -----

Os Centros Coordenadores de Transporte, portanto, todos os Centros Coordenadores de Transporte ou todas as chamadas “Gares” que existem nos municípios, são obrigados, já há muitos anos, a ter o Regulamento de funcionamento. Foi alertado pela CIMBAL, que é quem coordena toda esta área, que o IMT referiu que iria multar os municípios porque não tinham regulamento e Almodôvar não tinha. Fizemos este regulamento, que já passou por todos os procedimentos e agora tem de ser aprovado nesta Assembleia Municipal. -----

A **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado qualquer inscrição por parte dos deputados municipais. -----

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou à votação a matéria, supra identificada, tendo a Assembleia Municipal, por **unanimidade**, com 23 votos a favor (PSD/PS/UPF) **deliberado:** -----

**Aprovar a Proposta de Regulamento de Acesso e Utilização do Centro Coordenador de Transportes de Almodôvar, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

**C.7 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMODÔVAR:** -----

A **Presidente da Assembleia Municipal** deu início a este ponto e elucidou: -----

“Se calhar faço uma pequena nota introdutória que já todos vocês receberam, era imperativo fazer esta atualização do Regimento, o Regimento já vinha de 2017 cuja última alteração tinha acontecido nessa altura. Desde a aprovação deste Regimento, há 12 anos, os tempos mudaram; era imperativo começar a rever. -----

Formalizou-se a Comissão Eventual que funcionou muito bem e devo agradecer à bancada do Partido Socialista também, porque ouviram atentamente e também fizeram as suas propostas para alterações que se verificaram no regimento. -----

Penso que o novo regimento vai melhorar substancialmente a capacidade de participação dos deputados municipais, assim como dos munícipes que nos acompanham e torna simultaneamente, foi esse o grande objetivo, mais claros alguns dos normativos cuja interpretação, nalgumas situações, deixavam dúvidas, penso que chegamos a um trabalho que modernizamos este Regimento, temos aqui uma recolha de contributos que submetemos agora à apreciação e deliberação deste órgão” -----

A **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo-se registado as inscrições dos deputados municipais Bernardo Delgado e Francisco Abreu. -----

De acordo com a ordem das inscrições, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Bernardo Delgado**, que referiu o seguinte: -----

“Dizer que ao fim de 12 anos, creio eu, que será hoje aprovado o novo Regimento da Assembleia Municipal de Almodôvar. -----

Um documento que servirá como trave-mestra à boa condução e ao bom andamento dos trabalhos destas sessões. -----

Posso dizer que é com satisfação que a proposta de Regimento que de seguida será sujeita a votação é resultado do trabalho dos vários elementos desta Assembleia quer da mesa quer dos grupos municipais do PSD e do PS que em poucos meses tiveram a capacidade e a ousadia de imprimir uma nova dinâmica ao funcionamento deste órgão deliberativo do município a quem compete hoje e competirá de futuro fiscalizar a atividade da Câmara Municipal e dos seus eleitos.-----

Creio que com a constituição de uma Comissão Eventual com vista à revisão do Regimento não apenas se pretendeu rever o regimento, mas também criar um instrumento de trabalho tão próprio das Assembleias como são as Comissões, algo que não recorro de ter acontecido em mandatos anteriores. Espero que se mantenha de futuro, independentemente das maiorias ou minorias que se vierem a formar. -----

Este novo Regimento vem clarificar algumas matérias omissas no anterior, vem dividir em 2 momentos, período de intervenção do público e vem trazer aos deputados eleitos nesta Assembleia um período mais alargado para analisar os documentos sujeitos a votação, vem concretizar os tempos de intervenção das bancadas entre outras coisas, vem contribuir para dignificar o funcionamento desta Assembleia e garantir melhores condições aos seus eleitos também eles são autarcas.-----

Impõe-se, assim, saudar todos os que participaram neste processo de revisão regimental e contribuíram para a sua concretização, com uma menção honrosa a quem o conduziu. ----

Obrigado Andreia, Obrigado a todos. “-----

Prosseguindo com a ordem das inscrições, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Francisco Abreu** que referiu o seguinte:-----

“Faço totalmente minhas as palavras da Senhora Presidente da Assembleia Municipal.

Este foi um trabalho conjunto em que foi criada uma equipa. Tivemos algumas reuniões para analisar algumas coisas que, como tudo na vida, precisam de ser atualizadas. Foram propostas alterações, foram envolvidos os deputados municipais nas reuniões estavam 2 representantes de cada um dos partidos com assento na Assembleia pelo menos da nossa parte e, do PSD fizeram a mesma coisa, depois pedir por email opiniões ou sugestões que pudessem fazer e daí resultou as alterações que teriam que ser feitas, portanto, que resultaram então neste novo Regimento que espero venha a merecer a aprovação de todos nós.”-----

Prosseguindo, a **Presidente da Assembleia** colocou a matéria a votação, tendo a Assembleia Municipal, nos termos do artigo 26.º, n.º1 alínea a) da *Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação*, por **unanimidade**, com 23 votos a favor (PSD/PS/UPF), **deliberado:**-----

**1.º - Aprovar** o Novo Regimento da Assembleia Municipal de Almodôvar, nos termos exatos em que está exarado; -----

**2.º - Aprovar** que após a **publicação** do Regimento na 2.ª Série do Diário da República, o mesmo seja **inserido na página eletrónica do Município de Almodôvar**, no separador da Assembleia Municipal;-----

**3.º -** Que seja **dado conhecimento** do teor da presente deliberação à Câmara Municipal.

Para finalizar o ponto a **Presidente da Assembleia** proferiu: -----

Portanto está em vigor o novo Regimento da Assembleia Municipal de Almodôvar.-----

Peço a todos que, quando tiverem o seu tempo, que o leiam com calma porque vão haver algumas alterações que vão ser implementadas já a partir da próxima sessão da Assembleia Municipal e que convém ter em consideração. -----

**C.8 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO EVENTUAL COM VISTA À ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, NOS TERMOS DA ALÍNEA I), N.º 3 DO ARTIGO N.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL: -----**

A **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e perguntou ao Presidente da Câmara se lhe apraz dizer alguma coisa sobre esta matéria. -----

Usando a palavra ao **Presidente da Câmara** disse que “não só congratular por efetivamente nós irmos ter esta Comissão para fazer a elaboração de mais um Regulamento de Segurança que é um regulamento altamente importante para o município. -----

A **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo-se registado as inscrições dos deputados municipais Francisco Abreu e Ana Guerreiro. -----

De acordo com a ordem das inscrições, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Francisco Abreu**, que referiu o seguinte: -----

“Só uma dúvida sobre esta Comissão Eventual, eu acho que no email houve falha, não recebemos qualquer informação sobre como é que se vai fazer esta Comissão portanto, na documentação que nos é enviada ia toda a informação mas sobre isto não vinha nada. Não sei se tem alguma informação agora que a Senhora Presidente nos queira transmitir, como é que vai ser esta Comissão, como é que vai ser constituída, que elementos vão constituir, ou foi falha minha, mas julgo que não, os colegas com quem falei não receberam.” -----

Prosseguindo, foi dada a palavra à **deputada Ana Guerreiro** que referiu o seguinte:

“Relativamente a este ponto não sei se a Senhora Presidente Andreia quer explicar, nós realmente abordamos este ponto na nossa reunião e não havia documentação. Penso que é para ficar iniciada e depois o regulamento é posterior, penso que foi isto que ficou, pelo menos foi a noção que eu entendi que realmente era para se fazer o início da Comissão eventual. -----

A **Presidente da Assembleia** detalhou o seguinte:-----

“Se calhar, é melhor esclarecer que estes conselhos já advêm da lei, tal como eu disse, é de 2013 e não são uma novidade, mas nunca foram implementados, sendo que está previsto que as Assembleias Municipais procedam à votação da elaboração do Regulamento para o Conselho Municipal. Não houve informação porque o que vamos votar aqui é precisamente a constituição de uma Comissão Eventual para a elaboração, é ler bem o ponto, para a elaboração do Regulamento Municipal de Segurança. Portanto era só terem verificado a legislação em vigor, mas em breve quando esta Comissão começar a trabalhar, iremos ter muito mais informação, mas, se quiserem só para terem uma noção, o Conselho Municipal de Segurança é um Conselho Municipal que trabalha na base daquilo que é a segurança do cidadão, tem previsto nos seus órgãos, portanto, aprofundar aquilo que é o diagnóstico da situação da segurança pública, formular recomendações práticas para combater a criminalidade e a exclusão social, discutir e planejar ações integradas que envolvam a comunidade e em termos de composição ela é constituída pela Câmara Municipal, pelas forças de segurança, pelas entidades judiciais e criminais, pelo apoio social e proteção civil.

Isto tudo vai ser visto quando efetivamente criarmos a Comissão Eventual e começarmos a trabalhar na elaboração do Regulamento que vai permitir, então, a criação efetiva deste Conselho Municipal de Segurança. -----

Não sei se têm mais alguma dúvida que eu possa esclarecer. -----

(alguém falou não se entende) -----

Cria-se a Comissão Eventual e depois as bancadas serão convocadas para indicarem os respetivos nomes para a constituição desta Comissão Eventual como foi com a comissão anterior. -----

(alguém falou não se entende) -----

Hoje o que está aqui a votação é apenas a constituição da comissão eventual, posteriormente as bancadas serão convocadas para apresentarem os nomes que quiserem indicar para trabalhar nesta comissão eventual.-----

Prosseguindo, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação a matéria, tendo a Assembleia Municipal, por **unanimidade**, com 23 votos a favor (PSD/PS/UPF), **deliberado**:-----

**Aprovar** a constituição de uma **Comissão Eventual**, com vista à elaboração do **Regulamento do Conselho Municipal de Segurança**, nos termos da alínea i), n.º 2 do Artigo n.º 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.-----

**C.9 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A RENOVAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO DE DOIS MANDATOS DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA CPCJ DE ALMODÔVAR, QUE IRÃO TERMINAR O SEU MANDATO EM 07/07/2026:**-----

A **Presidente da Assembleia Municipal** de imediato questionou o Presidente da Câmara se queria prestar algum esclarecimento sobre o Ponto.-----

O **Presidente da Câmara** referiu que temos efetivamente que verificar e manter-se o trabalho da CPCJ como é natural -----

Prosseguindo, a **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo-se registado as inscrições dos deputados municipais Francisco Abreu e Bernardo Delgado. -

Foi dada a palavra ao **deputado Francisco Abreu** que pronunciou o seguinte:-----

“De acordo com a informação que recebemos os membros comissários da CPCJ que vão cessar funções é o Senhor António Manuel Horta Fontinha e Sandrina Madeira Casimiro. ---

Na sessão da Assembleia Municipal realizada no Rosário no dia 27/02/2026, e aqui também referida na sessão de 27/04/2026, foi dado o devido e merecido realce à importância e à nobre missão da Instituição CPCJ de Almodôvar. Tal como referimos na ocasião, muito do mérito da Instituição deve-se essencialmente ao empenho e ao papel fundamental de todos os elementos envolvidos nesta Instituição, comissários e técnicos, e, como tal, é nossa convicção que faz todo o sentido e é de toda a justiça aprovarmos a renovação dos mandatos dos elementos que fazem questão de continuar, independentemente do partido político que os indicou, e no caso em apreço da técnica de psicologia Sandrina Madeira Casimiro, que atualmente desempenha as funções de secretária.

Tal como referimos a propósito da renovação do mandato da professora Maria Helena Martins Queiroz, aqui aprovado na última sessão da Assembleia Municipal, reiteramos a nossa opinião, a nossa convicção, que faz todo o sentido e deverá ser merecedora do reconhecimento da nossa comunidade a renovação do mandato de qualquer elemento que se predisponha a continuar a sua inestimável função e missão em Instituições desta natureza, que tem como principal missão a prevenção e proteção de crianças e jovens cuja segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral possam estar em risco. -----

Perante estes factos e cientes da nobre missão que desempenham, estamos muito gratos pelo facto da técnica de psicologia Sandrina Madeira Casimiro ter aceite continuar por mais um mandato na CPCJ de Almodôvar e certamente a nossa comunidade também lhe agradecerá e reconhecerá essa sua nobre decisão, assim como, e contamos com isso, todos os deputados municipais com assento nesta Assembleia. -----

Da nossa parte, e mais uma vez, obrigado Sandrina por teres acedido continuar a integrar a CPCJ de Almodôvar e caso se concretize a renovação do teu mandato, como esperamos, estamos certos que irás continuar a demonstrar o empenho e dedicação que tens dado a esta causa e desejamos-te as maiores felicidades e continuação de sucesso nesta tua nobre missão, assim como a todos os outros elementos que integram a CPCJ de Almodôvar. -----

O sucesso da vossa missão é sinónimo do bem-estar das crianças e jovens da nossa comunidade ou da mitigação dos seus problemas. -----

Estas palavras aplicam-se na íntegra ao comissário António Manuel Horta Fontinha, ao qual também agradecemos o empenho e dedicação que sempre colocou ao serviço desta Instituição, devendo estar-lhes gratos a nossa comunidade em geral e em particular as crianças e jovens, e respetivas famílias, para os quais contribuiu para que pudessem ter um desenvolvimento integral mais salutar e em segurança e de acordo com os direitos humanos inerentes a todo o ser humano, em especial às crianças. -----

Obrigado António Fontinha pelo teu desempenho em prol desta nobre causa na CPCJ de Almodôvar. -----

E como por motivos pessoais e profissionais não lhe é possível continuar a integrar esta Instituição, desejamos-lhe as maiores felicidades na nova etapa da sua vida e propomos ao PSD que indique um elemento da sua confiança para o substituir.” -----

Por último interveio o **deputado Bernardo Delgado** que iniciou por dizer que “sucintamente agradecer e subscrever todas as palavras do Senhor deputado Francisco Abreu e dizer que o PSD propõe para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almodôvar a múnicipe Ana Isabel Teixeira Guerreiro. -----

A **Presidente da Assembleia** referiu o seguinte: -----

Vamos proceder votação por escrutínio secreto. -----

O que está em cima da mesa é a renovação do mandato da representante do PS Sandrina Madeira Casimiro e apresentar como nova integrante da CPCJ, pela bancada do PSD, a deputada Ana Guerreiro. -----

Portanto votar Sim ou Não ou Branco, sendo que houve um nome de cada bancada votam-se os dois nomes conjuntos parece-me que é o mais plausível. -----

Período em que decorreu a votação. -----

Para finalizar o ponto, a **Presidente da Assembleia** referiu o seguinte: -----

“Informo a Assembleia Municipal que é com muito gosto que se renova a Comissão da comissária Sandrina Casimiro que, também deixem que diga, tem feito um excelente trabalho e é também com muito gosto que se substitui então o comissário António Fontinha com a nossa deputada Ana Guerreiro, que tenho a certeza tem muito para entregar à CPCJ. -----

Com estas comissárias, tenho a certeza absoluta de que tornamos a CPCJ mais rica e com pessoas muito úteis naquilo que é o seu trabalho e, de tanta ajuda de que a CPCJ precisa, em muitos aspetos, portanto, foram aprovados por unanimidade os dois nomes. -----

Foram colocados à votação, através de escrutínio secreto, os nomes de Sandrina Madeira Casimiro e de Ana Isabel Teixeira Guerreiro, que foram aprovados por **unanimidade com 23 votos SIM**, ficando, deste modo, renovado o mandato de Sandrina Madeira Casimiro, bem como a substituição de António Manuel Horta Fontinha por Ana Isabel Teixeira Guerreiro, para integrarem a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, como representantes da Assembleia Municipal. -----

#### **C.10 – CONHECIMENTO SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO DA FORMAÇÃO DE 2025:**

A **Presidente da Assembleia** deu início ao Ponto da Ordem de Trabalhos e de imediato questionou o Presidente da Câmara se queria prestar algum esclarecimento sobre a matéria. -----

O **Presidente da Câmara** detalhou que “não tenho muito a dizer sobre o ponto dizer que isto é um relatório anual que é obrigatório que em 2025 foi feito um conjunto de formações para tornar os funcionários da Câmara Municipal mais aptos ao desenvolvimento da sua atividade e, muito bem, e que durante este ano também estamos a fazer, temos o plano de formação e está a ser cumprido e além do plano de formação outras formações que os funcionários têm vindo a solicitar têm sido acolhidas no sentido de tornarmos cada vez mais profissionais aptos e com conhecimentos para o desenvolvimento da sua função. -----

Prosseguindo, a **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo-se registado a inscrição do deputado municipal Guilherme Barôa que usando da palavra referiu: -----

“Sendo a aposta na formação um dos pilares essenciais para o desenvolvimento, motivação e valorização dos recursos humanos da autarquia no âmbito da análise do relatório de gestão de formação do ano de 2025 venho em representação da bancada do PSD enaltecer o trabalho desenvolvido pelas Técnicas Superiores da área pela boa organização e qualidade de excelência de formações que têm sido disponibilizadas aos funcionários da autarquia. -----

De um modo geral temos recebido um excelente feedback dessas mesmas formações as quais com uma taxa de execução ao plano de 90% representam um bom exemplo de competência de execução de uma ferramenta essencial para a evolução da qualidade dos serviços municipais. -----

Obrigado e continuação de um bom trabalho. “ -----

A **Assembleia Municipal tomou conhecimento** do teor do Relatório de Gestão da Formação de 2025.-----

**C.11 - CONHECIMENTO DA LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS, NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DOS MESMOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----**

A **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e disse que este documento vai ser habitual e de acordo com a Lei é obrigatório em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal.-----

Perguntou ao Senhor Presidente se pretende prestar algum esclarecimento adicional antes de dar a palavra aos Senhores deputados municipais. -----

O **Presidente da Câmara** afirmou que “os Senhores deputados tiveram acesso a esta listagem, que é uma listagem de todos os compromissos plurianuais, ou seja, os compromissos que foram assumidos das competências que me foram delegadas pela Assembleia Municipal e que não terminam no ano de 2026 e, são diversos contratos que foram assinados e têm também um compromisso já para 2027. -----

Prosseguindo com os trabalhos, a **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado nenhuma inscrição. -----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** da listagem dos compromissos plurianuais assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação. -----

**C.12 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ART.º 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DO ARTIGO 37.º DO REGIMENTO:-----**

A **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e perguntou ao Presidente da Câmara se quer desde já prestar algumas informações ou esclarecimentos sobre este documento, ou se pretende fazê-lo apenas depois das intervenções dos senhores deputados ou das questões que lhe queiram colocar.-----

O **Presidente da Câmara** começou por “informar os Senhores deputados, o público aqui presente e o público também que está em casa e todos os presentes na Assembleia que a nível de informações, o município tem vindo a desenvolver um conjunto de atividades de preparação para as obras que entendemos e que estavam no nosso planeamento, conforme

também já muitas foram faladas aqui nesta Assembleia Municipal. Temos contratado diversas empresas ao longo do país para a execução desses projetos no sentido de poder ter os projetos o mais rápido possível para promover depois a execução. Projetos muito ligados às pessoas porque são projetos em que temos o interesse em que os nossos municípios tenham cada vez mais qualidade de vida e sempre relacionados com aquilo que tem a ver com a água, com os resíduos, com o bem-estar dos mesmos na área da saúde, entre outros.-

Explicar aqui também naturalmente que temos desenvolvido algumas festas, festas que são sempre com o intuito de levar Almodôvar mais além, de conseguir que o nome de Almodôvar passe, vamos ter esta semana como todos sabemos a nossa feira de artes e cultura.-----

Dizer também aos presentes e aos Senhores deputados que amanhã temos a visita do Senhor Secretário do Estado da Proteção Civil para a inauguração do Centro de Coordenação do Serviço Municipal de Proteção Civil, e quem nos quiser acompanhar pelas 15 horas teremos todo o gosto em que os municípios sejam testemunhas quer da visita do Senhor Secretário de Estado quer, inclusivamente, dos investimentos que foram feitos até agora no Serviço Municipal de Proteção Civil.-----

Dizer-vos ainda que estamos sempre com as pessoas e para as pessoas, e estamos sempre cá disponíveis para todos e, naturalmente, para todas as Juntas de Freguesia, naquilo que são as necessidades e naquilo em que nós conseguimos apoiar.-----

A Assembleia Municipal **apreciou a informação** do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento.-----

### **C.13 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA.**-----

Prosseguindo, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação a minuta da ata da sessão, a qual contém as deliberações tomadas na rubrica da Ordem do Dia, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, com 23 votos a favor (PS, PSD,UPF).-----

Para finalizar a sessão, a **Presidente da Assembleia** referiu:-----

Aproveito para complementar a nota do Senhor Presidente relativamente aquilo que serão as iniciativas nos próximos dias e convidar todos para estarem presentes.-----

Amanhã, tal como o Senhor Presidente disse, dia 30 pelas, 15 horas sessão de inauguração oficial do Centro de Coordenação Operacional Municipal de Almodôvar, com a presença do Dr. Rui Rocha, o nosso Secretário do Estado da Proteção Civil;-----

No próximo dia 1 de julho, pelas 10 horas da manhã vai haver um “Mass Training de Suporte Básico de Vida” com a presença de um Técnico do Serviço Municipal de Proteção Civil de Almodôvar e dos Bombeiros Voluntários, Gabriel Ramos;-----

Depois pelas 10:30 horas a Tertúlia “Prevenção e Combate a Incêndios Florestais de Norte a Sul do País” com as presenças do Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil da Covilhã, Luís Marques; o Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil de Portimão, Luís Mestre; o Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil de Espinho, Pedro Louro; o Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil de Almodôvar, Leonel Felisberto e o Comandante dos Bombeiros Voluntários de Almodôvar, António Piedade. ----

Fica então esta nota sendo que também haverá por volta das 15 horas outra Tertúlia sobre “Jovens e a Proteção Civil em Meio Rural”. Para os jovens que aqui estão hoje fica este convite porque será importante a vossa presença e se puderem estar de certeza que vão enriquecer também esta iniciativa pelas 15 horas dia 1 de julho.-----

Posto isto, temos a nossa Assembleia praticamente terminada, queria eu também deixar uma nota de agradecimento pela forma como os trabalhos decorreram, penso que agora voltaremos todos em setembro se não houver nada contra.-----

Desejo a todos umas boas férias a quem as tiver, um bom trabalho a quem continuar a fazê-lo. Agradecer imenso a presença destes jovens, vocês sabem o quanto é importante para

ATA N.º 07 DE 29 DE JUNHO DE 2026  
QUADRIÊNIO 2025-2029

mim estarem aqui e o sinal que dão para o resto dos jovens do nosso concelho. A participação cívica é cada vez mais importante, pois vocês são o futuro, é no vosso futuro que vocês têm de trabalhar e é pelo vosso futuro que vocês têm que lutar, por isso estarem presentes na Assembleia Municipal, compreender aquilo que é o trabalho da Câmara Municipal e aquilo que são também o trabalho das Juntas de Freguesia e tudo o que se passa do nosso concelho é de extrema importância para que no fundo, de futuro, possam estar mais presentes, mais ativos e vocês também fazerem parte destas decisões e quem sabe ocuparem estas cadeiras. Este é o meu desejo em termos de futuro.-----

Da minha parte desejo a todos uma boa noite e agradecendo mais uma vez a todos e desejando de novo umas boas férias a quem as for tirar e um bom trabalho a quem o for fazer.

Desejo uma noite muito abençoada a todos. -----

**FECHO:** Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c), do n.º 1, do art.º 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a **Presidente da Assembleia Municipal** deu a sessão por encerrada, eram vinte e três **hora e cinquenta e cinco minutos**, do dia 29 de junho de 2026. -----

Para constar e para os fins consignados no n.º 1, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão. -----

**Os anexos à ata dão-se aqui como reproduzidos e ficam apensos ao presente livro de atas.** -----

E eu, **Marta Isabel Moreira Barôa David Tomé**, primeira secretária da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo. -----